

06/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Pobreza e educação](#)

[Ibaneis espera propostas para projeto do Passe Livre](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[As verbas das universidades](#)

[Novo Escola sem Partido prevê gravação de aulas](#)

O GLOBO - RJ

[Ensino superior](#)

[Brasileiros aprovam educação sexual nas escolas](#)

[Projeto de lei do Escola Sem Partido volta mais rigoroso](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Em vídeo, Vélez defende ensino cívico da escola à universidade](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Substâncias cancerígenas](#)

CORREIO POPULAR - SP

[ProUni : resultados da 1ª chamada vão ser divulgados hoje](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[Movimentação dos estudantes anima comércio e imobiliárias](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Eleições para reitor da UFPE na atual conjuntura](#)

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Professor irá gerenciar o FNDE](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Educação e saúde na pauta](#)

O TEMPO - MG

[Ministério atrasa entrega de livros](#)

Agências de notícias e sites

G1

[UFSCar Sorocaba oferece bolsa de pós-doutorado em Ciência da Computação](#)

[Ifro abre inscrições para 22 vagas no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, em RO](#)

JORNAL DA FRANCA

[Bolsas : Parceria da Unesp oferece chance de diploma europeu em 25 cursos](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[Substâncias cancerígenas](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Quem se importa com a educação dos professores?](#)

[Ministro da Educação pede desculpa à mãe de Cazuza e depois diz que erro foi bobo](#)

[MEC não assina contratos e atrasa entrega de 10,6 milhões de livros](#)

CORREIO WEB

[UnB e Finatec selecionam programador para atuar em EAD](#)

G1

[Prouni 2019: Resultado da primeira chamada será divulgado nesta quarta-feira](#)

[Ministro da Educação causa polêmica com declarações](#)

METRÓPOLES

[Professor Carlos Alberto Decotelli é nomeado presidente do FNDE](#)

PORTAL EXAME

[Ministro da Educação quer retomar educação moral e cívica](#)

PORTAL ISTOÉ

[Professor é nomeado presidente do FNDE](#)

PORTAL VEJA

[MEC divulga resultado da 1ª chamada do Prouni nesta quarta](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONAS+

[Congresso científico abordará micologia e diversidade dos fungos em Manaus](#)

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Congresso científico abordará micologia e diversidade dos fungos em Manaus](#)

BROADCAST

[FESTIVAL DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA HOMENAGEIA](#)

[ERNANI AGUIAR E GUINGA](#)

F5

[Pesquisadores desenvolvem feromônio sintético de praga do coqueiro](#)

FOLHA DE VILHENA

[IFRO abre inscrições para Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica](#)

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

[Congresso científico abordará micologia e diversidade dos fungos em Manaus](#)

JORNAL DA USP - SP

[Bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros](#)

JORNAL DIA A DIA

[Mestrado Profissional em Administração Pública inscreve para turma de 2019](#)

JORNAL ONLINE

[Bactérias que podem ajudar as pererecas a atrair seus parceiros](#)

R7

[Fapes abre inscrições para 130 bolsas de mestrado e doutorado](#)

TERRA

[Festival de Música Contemporânea Brasileira homenageia Ernani Aguiar e Guinga](#)

G1

[De olho no futuro: o que você tem feito para se destacar profissionalmente?](#)

[Ministro da Educação diz que pretende impulsionar o Projeto Rondon](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros previstos para rede pública](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Pobreza e educação

JOSÉ PIO MARTINS

Economista, é reitor da Universidade Positivo

O Brasil ainda é um país pobre. Pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil está na posição 79 entre 171 países. Dividindo a produção nacional pela população, o produto por habitante aqui equivale a um quinto do que é nos Estados Unidos. A explicação sobre por que um país se desenvolve e outro se mantém no atraso e na pobreza, ainda que em condições naturais parecidas, não é simples nem é fácil. Um desafio da ciência econômica tem sido formular uma teoria que consiga explicar as bases e as leis do

desenvolvimento econômico.

Até a Revolução Industrial (1750-1830), a sobrevivência humana era retirada da terra e dos recursos naturais, e as obras do pensamento explicavam a produção de riqueza basicamente a partir da contribuição da natureza. Até então, não havia crescimento do produto por habitante, todo crescimento advinha do crescimento da população. Após o surgimento do motor a vapor, do trem de ferro e das máquinas industriais, os estudiosos começaram a examinar a contribuição dos bens de capital na produção e na produtividade-hora do trabalho.

A segunda revolução industrial moderna (1870-1900) nos deu o motor a combustão interna, a indústria do petróleo e a eletricidade, fez a produtividade explodir e gerou o assombroso crescimento econômico dos países que adotaram as novas tecnologias e o novo modo de produção. Foi por volta da metade do século 19 que surgiu o conceito de subdesenvolvimento, para identificar as nações que miravam o novo padrão de consumo, não conseguiam assimilar o novo modo de produção e tinham padrão de bem-estar aquém do alcançado pelas nações adiantadas.

Com o prosseguimento do progresso da ciência e da tecnologia a partir dos anos 1900, o processo produtivo começou a demandar trabalhadores mais qualificados, e foi necessário aumentar a abrangência da educação básica e do treinamento profissional. Nos anos 1950, foram aprofundados os estudos sobre a contribuição da educação para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico. Foi quando se descobriu que o fator educação passou a contribuir mais para a produtividade do que os recursos materiais.

De lá para cá, todos os países que se desenvolveram e desfrutaram de elevado padrão de vida investiram pesadamente na educação básica, em primeiro lugar, e na educação profissional superior, na sequência. Quando eu era estudante do curso de ciências econômicas, ouvi discursos de professores que, embora eu fosse inexperiente, me pareciam muito estranhos. Eles diziam que a universidade não devia educar para o mercado, pois isso seria mercantilizar a educação, mas sim formar cidadãos críticos e reflexivos.

Eu, que tinha o objetivo de adquirir uma profissão e me qualificar para progredir na carreira e no salário, certo dia confrontei um professor que demonizava o mercado, dizendo-lhe: o mercado nada mais é do que o encontro de alguém com uma necessidade com alguém que tem a solução; de um homem com fome com outro que produz feijão; de uma pessoa com inflamação no corpo com outro que sabe curar. Ora, se meu curso não me habilitar a ser bom profissional, ele não me serve ante a minha maior carência: fugir da pobreza.

Atualmente, a superação da pobreza depende de elevado nível de educação básica, boa formação profissional obtida em curso superior ou técnico, além da atualização constante diante da evolução da ciência e da tecnologia. Isso vale para o indivíduo e vale para a nação. Apesar das dificuldades na elaboração de uma teoria completa sobre as causas do desenvolvimento, o mundo já conhece os fatores essenciais do progresso material e do bem-estar que dele decorre.

A educação não é o único fator a determinar o desenvolvimento, mas é o principal. Há

outros fatores, como os naturais, os sociais, os políticos e o sistema econômico. É claro também que a educação tem o papel de educar o indivíduo para a cidadania, que é a maneira como nos relacionamos com a natureza, o meio ambiente, os semelhantes e a sociedade, mas o papel inicial e essencial da educação, especialmente a superior, é prover o estudante de uma profissão para ser bem-sucedido em mundo complexo e de mudanças constantes.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Ibaneis espera propostas para projeto do Passe Livre

Resistências quanto à possibilidade de limitar o benefício estudantil fazem com que o governador adie para a sexta-feira o envio da iniciativa para a Câmara Legislativa. Chefe do Buriti defendeu a mudança no primeiro dia de trabalho da Casa

Após a repercussão negativa do projeto de lei que prevê o fim do Passe Livre Estudantil, o governador Ibaneis Rocha (MDB) adiou, para sexta-feira, o envio da proposta à Câmara Legislativa. Até lá, o chefe do Palácio do Buriti pretende ouvir sugestões da equipe de governo e dos distritais e, eventualmente, incorporá-las à proposta original. O emedebista adiantou, no entanto, que acatará textos alternativos somente em caso de manutenção da previsão inicial de corte de gastos, fixada em R\$ 150 milhões. O governo também fortalecerá o sistema de bilhetagem (leia mais na página 20), que, conforme anunciou Ibaneis, passará das mãos do DFTrans para o Banco de Brasília (BRB).

Depois da sessão ordinária que abriu os trabalhos da 8ª Legislatura da Câmara, o chefe do Executivo local comentou ontem pela primeira vez a proposta que limita o benefício de estudantes. O projeto de lei elaborado pelo GDF estabelece um redutor social para que os matriculados na rede pública e de instituições privadas bolsistas ou com renda familiar inferior a três salários mínimos paguem um terço do valor da passagem. Nos outros casos, os alunos teriam de arcar com os valores da tarifa cheia (leia Sob avaliação).

Em defesa da proposição, Ibaneis disse ter “consciência de que é necessária a aprovação do projeto de lei”. “Em um Estado que está plenamente quebrado, dar passe livre para quem tem condições de pagar, não acho normal”, alegou, mencionando que, em todas as demais unidades federativas, as regras para o uso do benefício são mais rígidas.

De acordo com o governador, o DF precisa poupar R\$ 2 bilhões neste ano e no próximo, além de ampliar a arrecadação. “As dívidas estão aí e precisam ser pagas. Todo mundo cobra alguma coisa. Querem a terceira parcela (do reajuste do funcionalismo), a paridade salarial (da Polícia Civil com a Federal), a melhoria no asfalto, a energia mais barata. Mas ninguém lembra que a conta é paga por alguém. Não existe almoço grátis”, argumentou. O emedebista lembrou que, quando estudante, pagava 33% das tarifas de ônibus. “Com toda a dificuldade, porque venho de família pobre, nós dávamos conta de pagar. Quando isso ocorre, inclusive, moraliza o sistema. As pessoas, pagando, valorizam mais”, emendou.

Para economizar, o Buriti pretende investir na fiscalização do sistema de bilhetagem, constantemente alvo de investigações (leia Memória). “A conta de R\$ 800 milhões vem do Passe Livre, das fraudes e das ações do governo para não encarecer o transporte público, pois temos de fazer a compensação tarifária. Não estou penalizando só os

estudantes. A fiscalização será mais intensa. Por isso, está migrando do DFTrans para o BRB”, justificou.

O chefe do Buriti não estabeleceu uma data para que o novo sistema passe a valer. Porém, Ibaneis adiantou que os últimos estudos sobre o modelo serão finalizados na próxima semana. “A população será atendida nas 156 lojas de conveniência, nas agências do BRB e por meio do aplicativo para celulares”, detalhou.

Pautas

Antes de se posicionar sobre o fim do Passe Livre Estudantil, Ibaneis discursou por cerca de 23 minutos na tribuna do auditório do Legislativo local — o plenário está em reforma. Na cerimônia de abertura dos trabalhos da Casa, na qual pretende emplacar projetos delicados, como a redução de impostos, a criação de regiões administrativas e um programa de renegociação de dívidas, o governador ressaltou que o debate com os parlamentares é fundamental para o aperfeiçoamento das propostas. “Temos de pensar em Brasília não só nos próximos quatro anos, mas para os próximos 40 anos”, assinalou.

Na sequência, o governador fez um balanço dos primeiros dias da gestão, indicando os planos para os próximos meses. Para fomentar a geração de emprego e o desenvolvimento econômico, Ibaneis disse que deve investir na negociação de parcerias público-privadas (PPPs). Na lista de parcerias previstas estão a da ArenaPlex, que engloba o Estádio Nacional Mané Garrincha, o Ginásio Nilson Nelson e o Complexo Aquático Cláudio Coutinho; a do Autódromo Internacional Nelson Piquet; a da Nova Saída Norte; a da Transbrásilia; e a do shopping da Estação 19 do metrô de Taguatinga.

Quanto à saúde pública, a ideia do emedebista é enviar à Câmara Legislativa, nos próximos dias, um projeto de lei com a previsão de pagamento de gratificação para os profissionais aposentados que reforçarem o quadro da rede. Para a educação, a ideia é realizar compras emergenciais e construir salas de aula.

O presidente da Câmara Legislativa, Rafael Prudente (MDB), reforçou o discurso em prol da união e disse que pretende entregar aos demais parlamentares, no decorrer do semestre, uma proposta para reduzir os custos e o Orçamento do Legislativo local para os próximos quatro anos. “Mesmo a Câmara representando somente pouco mais de 1% do Orçamento do DF”, emendou.

Com o início dos trabalhos, leram-se os projetos de lei de autoria dos deputados e do Executivo local, e as propostas começaram a tramitar. Os distritais finalizam a formação dos blocos parlamentares para ficarem aptos a realizar o Colégio de Líderes e, assim, definir as próximas pautas de votação.

Memória

Fraude na bilhetagem

Deflagrada em 15 de março, a Operação Trickster desmantelou um esquema criminoso que pode ter desviado pelo menos R\$ 500 mil por semana. A suspeita é de que os envolvidos usavam empresas fictícias, sem registro na Receita Federal, e CNPJ falso para a emissão de créditos para vale-transporte. Esses pedidos inseridos no sistema de bilhetagem geravam boletos de cobrança. As empresas deveriam repassar recursos ao

DFTrans como parte do benefício para o transporte dos passageiros isentos, mas o valor nunca era pago e, mesmo assim, a fatura era registrada como quitada. A transação falsa e virtual criava créditos reais em cartões de transporte, que, depois, eram descarregados nas catracas dos permissionários. Toda essa operação ocorria para que o GDF liberasse outra parte do montante correspondente à tarifa para o ressarcimento pelo transporte de passageiros que não existiam.

Sob avaliação

Confira o que pode mudar com a restrição do Passe Livre Estudantil:

Quem tem direito atualmente?

Para garantir o Passe Livre Estudantil até então, o estudante precisa estar matriculado nos ensinos superior, médio ou fundamental, ou em cursos técnicos e profissionalizantes da rede pública ou particular. Alunos dos Centros Interescolares de Línguas (CILs) também têm direito. O estudante precisa morar a uma distância maior do que 1km da instituição de ensino ou local onde realiza estágio obrigatório. Para obter o benefício, os interessados devem se cadastrar por meio da plataforma do DFTrans e aguardar a análise dos dados.

Quem terá direito, caso o GDF mantenha o projeto de lei que restringe o benefício?

Estudantes da rede pública ou aqueles com renda familiar de até três salários mínimos matriculados em instituições privadas deverão pagar um terço do valor da passagem de ônibus e do metrô. Os alunos com renda acima desse patamar terão de arcar com o valor integral.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

As verbas das universidades

Entre as diretrizes anunciadas pelo governo do presidente Jair Bolsonaro na área educacional, a mais importante é a proposta de concentrar os recursos orçamentários do Ministério da Educação (MEC) na modernização da rede pública do ensino fundamental e do ensino médio, incentivando as universidades federais a buscarem fontes alternativas de financiamento para viabilizar sua expansão.

Por priorizar os ciclos fundamentais do sistema educacional, que são decisivos para a formação do capital humano de que o Brasil necessita para crescer, essa proposta é sensata e oportuna. A incapacidade de estabelecer prioridades foi um dos principais problemas enfrentados pelo MEC durante os 13 anos e meio de gestão lulopetista no plano federal. Agitando bandeiras mais vistosas do que eficazes, os ministros da Educação petistas desperdiçaram recursos custeando dezenas de projetos mal concebidos e sem maior conexão entre si, patrocinando políticas de democratização do ensino superior e de expansão de universidades federais sem qualquer planejamento, o financiamento indiscriminado de estágios no exterior, a distribuição indiscriminada de tablets aos professores de colégios públicos e mudanças curriculares fundadas em modismos pedagógicos e objetivos populistas. O resultado inevitável dessa falta de foco foi evidenciado pelas avaliações nacionais e internacionais, apontando sucessivas quedas nos níveis de aprendizagem dos alunos do ensino fundamental e médio e nos rankings de qualidade das universidades.

Para poder concentrar seus recursos orçamentários na formação básica de crianças e

juovens e não prejudicar o custeio das universidades públicas, a nova equipe do MEC anunciou que está estudando alterações legais que permitam criar e gerir com total liberdade fundos patrimoniais constituídos por recursos oriundos de prestação de serviços à iniciativa privada, de parcerias com Estados e municípios e de contratos de pesquisa. A ideia, que começou a ser estudada no governo do presidente Michel Temer e foi encampada pelo atual governo, é reduzir gradativamente o peso dos recursos da União na manutenção das universidades federais, à medida que elas aumentarem a receita com recursos próprios.

Pela legislação em vigor, que impõe um teto de gastos para a administração pública, as universidades federais têm pouca autonomia para gerir recursos próprios. Além disso, parte dos valores que recebem com a venda de serviços é descontada do repasse dos recursos orçamentários a que têm direito para bancar suas despesas de custeio. Por exemplo, em 2018, a Universidade Federal do Paraná (UFPR) só pôde usar R\$ 65 milhões dos R\$ 81 milhões que recebeu na forma de contratos de pesquisa. E, ainda assim, por determinação legal, esse valor teve de ser usado para pagamento de salários, e não para troca de computadores e renovação de livros das bibliotecas. Com base nessa legislação, que o MEC quer mudar, a União reduziu o orçamento para custeio e investimento das universidades federais de R\$ 9,9 bilhões em 2014 para R\$ 7,7 bilhões no ano passado.

Por isso, a proposta do MEC de mudar a regra que limita o uso de recursos próprios pelas universidades federais, o que depende da aprovação de uma emenda constitucional, foi bem recebida nos meios políticos. Ela vai ao encontro de um relatório divulgado no final do ano passado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara. O documento propõe que os valores obtidos pelas universidades federais com contratos de pesquisa e prestação de serviços não entrem na base de cálculo e do limite de gastos para despesas primárias do governo federal. A sugestão foi bem recebida também pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), cujos dirigentes classificaram como “positiva” – mas dependente de “acertos” – a proposta da nova equipe do MEC. Isso mostra que as posições do órgão, das universidades federais e da Câmara dos Deputados são convergentes, o que é um bom sinal.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Novo Escola sem Partido prevê gravação de aulas

BRASÍLIA

A deputada Bia Kicis (PSL-DF) protocolou anteontem um novo projeto para tentar instituir a chamada Escola sem Partido, que visa a combater supostas “ideologia de gênero” e “doutrinação” dentro da sala de aula.

No projeto, ela ainda quer garantir o direito do aluno de gravar aula, “a fim de permitir a melhor absorção do conteúdo” e de “viabilizar o pleno exercício do direito dos pais ou responsáveis de ter ciência do processo pedagógico e avaliar a qualidade dos serviços prestados”. A medida, considerada por educadores uma forma de patrulha, valeria só para o ensino público.

Na legislatura passada, após um projeto de teor similar tramitar o ano inteiro em comissão especial, o texto foi arquivado. “Achei melhor protocolar novo projeto, mais aprimorado”, disse a deputada. O combate à “doutrinação” e “ideologia de gênero” é

uma das bandeiras do presidente Jair Bolsonaro.

No projeto, ela prevê que o poder público “não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero” e que grêmios estudantis não podem fazer atividade políticopartidária. Mantém ainda a ideia de afixar cartazes em sala com o conteúdo da lei, tema que já havia causado polêmica.

Em outro ponto, sugere que escolas privadas “que atendem a orientação confessional e ideologia específicas poderão veicular e promover conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico autorizados contratualmente pelos pais ou responsáveis pelo aluno, devendo ser respeitado, no tocante aos demais conteúdos, o direito do aluno à educação, à liberdade de aprender e ao pluralismo de ideias”. Defensores do Escola sem Partido defendem uma “CPI da doutrinação” na Câmara.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Ensino superior

Comissões de verificação já impediram matrícula de 1,5 mil cotistas pelo país

Era novembro de 2017 quando Eduardo (nome fictício) recebeu uma carta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde estudava há dois anos, pedindo que se apresentasse à comissão de verificação criada para evitar fraudes na Lei de Cotas, aprovada em 2012.

Diante de uma banca de cinco pessoas, foi orientado a ficar calado, olhando para uma câmera, por 30 segundos. Duas semanas depois, recebeu a resposta: estava impedido de seguir matriculado. O estudante, que se autodeclarou pardo, entrou com recurso na própria UFRGS, e seu caso segue em aberto, enquanto tenta concluir curso na área médica.

— Mas ali perdi o interesse na faculdade. É complicado cursar algo sem saber se vai ficar ou se vai ser expulso. Foi humilhante, não te deixam falar nada, não falam os critérios da avaliação — relata o estudante, filho de um negro e uma branca, e o primeiro da família a ingressar em uma universidade pública.

Eduardo foi um dos primeiros brasileiros submetidos a uma comissão de verificação de cotas. Desde então, em todo o país, ao menos 1.526 matrículas foram rejeitadas após avaliações visuais, que checam as autodeclarações de alunos ingressantes por meio das políticas de ações afirmativas.

Das 104 instituições de ensino superior federal consultadas pelo GLOBO, 39 afirmaram já ter criado comissões de verificação — que, embora não sejam obrigatórias, são vistas por especialistas como um mecanismo para evitar fraudes no ingresso de estudantes cotistas. Outras 27 declararam atuar nesses casos apenas mediante denúncias, aceitando a autodeclaração para matrícula. As demais não responderam aos questionamentos da reportagem.

Das 39 comissões, 29 foram criadas apenas a partir de 2018 — ou seja, muitas delas estão realizando a primeira análise neste ano. As mais de 1,5 mil matrículas recusadas até agora consideram dados fornecidos por 14 instituições. Entre as universidades consultadas, o número de processos indeferidos varia de 5% a 30%, dependendo da

região do país.

Na UFRGS, por exemplo, o número de possíveis fraudes evitadas por essa comissão chegou a 30% em 2018. Na Universidade Federal Fluminense (UFF), cerca de 440 alunos tiveram a matrícula indeferida desde 2017 — cerca de 10% do total de alunos cotistas submetidos à banca.

INVESTIGADOS NA UFRJ

Nos últimos anos, várias denúncias de fraude foram feitas a ouvidorias e ao Ministério Público Federal (MPF). Na Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 30 alunos são investigados. Em sua grande maioria, os casos estão relacionados aos cursos mais concorridos — Medicina e Direito. Coletivos negros engrossam o número de reclamações, mas encontram dificuldades na comprovação das irregularidades, que dificilmente geram expulsões.

Um dos principais obstáculos no desdobramento dessas denúncias, quando não há comissão, é a autodeclaração como único documento a ser aceito, como previsto na Lei de Cotas.

— Dificilmente há casos de expulsão (sem a comissão). As universidades foram coniventes até recentemente, entendendo que bastava a autodeclaração — opina Renato Machado, procurador regional dos Direitos do Cidadão do MPF no Rio de Janeiro, responsável por investigar algumas das denúncias recebidas na cidade do Rio.

A expansão das bancas ocorreu em 2018, após o Ministério do Planejamento criar uma normativa que a exige em casos de concurso público. A regra reacendeu o debate sobre como lidar com a definição de quem se enquadra dentro de cotas raciais. A falta de uma resolução por parte do Ministério da Educação (MEC) fez com que a fiscalização carecesse de padronização.

Segundo o MEC, “compete exclusivamente à instituição definir critérios a serem aplicados para candidatos que atendam suas políticas de ação afirmativa”.

Na maioria dos casos analisados, as comissões são compostas por cinco pessoas, divididos entre servidores, técnicos e alunos. Os critérios de formação pregam a diversidade de seus membros, priorizando a presença de negros na composição. São utilizados critérios fenotípicos (aparência) para aferição da condição autodeclarada.

— Todos os candidatos devem passar por análise prévia, tal como já vinha ocorrendo em concursos. Temos nos manifestado em ações propostas pelos candidatos que se sentem prejudicados. A UFRJ, por exemplo, vem retardando a implementação de controles — afirma Machado, que cobrou a instauração dessas comissões nas instituições do Rio, em 2018. No estado, a UFRJ foi a única federal que não adotou a recomendação.

Questionada pelo GLOBO, a UFRJ respondeu estar preparando uma comissão que adotará novos mecanismos para evitar fraudes ainda neste ano.

Não há consenso entre especialistas sobre a forma de funcionamento das comissões.

Nem se cabe ao Estado definir quem é negro ou não. O diretor da ONG Educafro, Frei Davi, era a favor das autodeclarações como única forma de garantir as políticas afirmativas. Após denúncias de fraudes, passou a incentivar a instauração das bancas.

O diretor do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (Iara), Humberto Adami, aponta para necessidade de definir critérios e de se considerara miscigenação presente em todas as regiões do país.

— Em muitas ocasiões, a percepção de quem é preto ou pardo vai muito de quem está fazendo a apuração. Isso é uma dificuldade, mas não há outra forma, sempre alguém vai ter que decidir isso — afirma.

— O que é um pardo no Rio Grande do Sul e o que é um na Bahia? Você precisa levar isso em consideração para evitar injustiças.

* Estagiário, sob supervisão de Cristina Fibe

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Brasileiros aprovam educação sexual nas escolas

Abordagem do tema é apoiada por 55% dos entrevistados em pesquisa interna encomendada pelo MEC; cotas são elogiadas

Uma pesquisa interna encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano passado indicou que a maioria dos brasileiros é favorável à inclusão de questões sobre gênero, sexualidade e preconceito contra negros e gays no currículo escolar. O levantamento, que nunca foi divulgado publicamente, foi obtido via Lei de Acesso à Informação pela TV Globo.

De acordo com a pesquisa, 55,8% dos entrevistados responderam “sim” se a “abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade deve fazer parte do currículo escolar”. Outros 38,2% foram contra, e 6% não souberam responder.

Sobre o preconceito contra os gays, 65,2% defenderam a inclusão do tema no currículo dos estudantes.

A pesquisa foi feita pelo Instituto GPP e custou ao MEC R\$ 216.240,00. O ministério confirmou à TV Globo a compra da pesquisa pela gestão anterior, mas não esclareceu os motivos de tê-la contratado, nem o porquê de nunca ter tornado públicos os seus resultados. O governo não comentou os resultados do levantamento.

Procurado pelo GLOBO, o MEC não informou se os resultados do estudo poderão ser usados como base para alguma política pública.

Os dados obtidos na pesquisa contrastam com a visão da atual gestão do MEC. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez já disse mais de uma vez não concordar com discussões sobre sexualidade e gênero em sala de aula porque “quem define gênero é a natureza”.

Segundo a pesquisa, o termo “ideologia de gênero”, muito usado pelo ministro e por grupos religiosos para se referir a questões ligadas a gênero — e rechaçado por estudiosos da área por ter um sentido pejorativo —, é uma incógnita para a maioria dos

brasileiros. Dos entrevistados, 62,6% não souberam definir o que a expressão significa. Dentre os que sabiam (37,4%), a maioria (52,3%) disse ser contra o tema estar no currículo escolar, ante 45% que foram favoráveis.

Sobre a Lei de Cotas, 62,6% dos entrevistados é favorável à existência dessa ação afirmativa para o ingresso no ensino superior, mas as pessoas se dividem em relação ao tipo de cota — 32,7% querem vê-la restrita a alunos mais pobres e oriundos de escolas públicas, enquanto 29,9% defendem sua expansão para alunos negros. E 32,7% são contrários a qualquer tipo de cota.

Para fazer o levantamento, a consultoria contratada pelo MEC ouviu 2.004 pessoas de 11 estados e do Distrito Federal, representando todas as regiões do país. As entrevistas foram conduzidas em janeiro de 2018.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Projeto de lei do Escola Sem Partido volta mais rigoroso
Deputada Bia Kicis (PSL-DF) apresenta nova versão na Câmara dos Deputados;
parlamentares da oposição afirmam que debate está sendo desvirtuado
sociedade@oglobo.com.br BRASÍLIA

No primeiro dia de trabalhos legislativos no Congresso, uma nova versão do projeto Escola Sem Partido foi apresentada pela deputada Bia Kicis (PSL-DF). Mais rigoroso, o texto protocolado na segunda-feira coloca como direito dos alunos gravar as aulas, cria um canal para denúncias anônimas sobre o descumprimento da lei que deverão ser apuradas pelo Ministério Público e proíbe grêmios estudantis de fazerem “atividade político-partidária”.

O texto da deputada, que é do mesmo partido do presidente Jair Bolsonaro, também aumentou o tamanho do cartaz com uma lista de “deveres do professor” que deve ser afixado, segundo o projeto, nas salas de aula: de 29,7 cm de largura por 21 cm de altura, passou agora para 42 cm por 59,4 cm. Destruir parcial ou totalmente esses cartazes ou não os colocar nas paredes será considerado ato de “improbidade administrativa”, segundo o projeto atual.

Bia Kicis fez essas inclusões na redação da matéria e manteve outros dispositivos que já estavam presentes no projeto, arquivado em dezembro, com o fim da legislatura, após a comissão especial que o analisava não conseguir votá-lo. Permaneceu na proposta, por exemplo, o artigo dizendo que o “Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”.

Para a deputada, o novo texto não impede que assuntos como gênero e sexualidade sejam abordados, mas apenas diz que não pode haver proselitismo sobre esses temas.

— Ficamos dois anos debatendo o projeto na Câmara e fizemos uma limpeza no que poderia ser melhorado. No caso da ideologia de gênero, falava-se que não poderia tratar do assunto, tiramos e colocamos que não poderá ser feito qualquer tipo de proselitismo em abordar questão de gênero, mas todo assunto pode ser tratado levando em consideração o amadurecimento sexual dos alunos — diz ela.

NÃO VAI PASSAR, DIZ DEPUTADA

Questionada sobre dispositivos que protejam os professores de perseguições, a deputada afirmou que o projeto pretende apenas garantir o “direito das crianças”.

— Não há nenhum tipo de perseguição a professores, o que queremos é proteger as crianças para que sejam tratadas com respeito e que seja prestigiada a liberdade de crença prevista na Constituição.

A deputada Tábata Amaral (PDTSP), que articula uma frente pela Educação na Casa, teme que o Escola Sem Partido sequestre a pauta e impeça a discussão de matérias relevantes para a área.

— Quem é da área da Educação entende que o projeto em si não é um risco, porque no fim das contas ele não vai passar e, se passar, vai ser derrubado pelo STF. Mas temos a preocupação de que pautas ideológicas como essa tomem o espaço do debate — afirma a deputada. — Sempre ficamos pensando quem vai ser o próximo deputado que vai trazer isso para a pauta, fazer burburinho e vamos perder um mês de debate sobre o Fundeb, sobre formação de professores.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), que participou das discussões do projeto que foi arquivado no ano passado, afirmou que já havia expectativa de que tentariam reviver a proposta.

— Esse projeto faz parte de uma política de quem quer negar a democracia no Brasil. O país não pode permitir o retrocesso. É preciso ter na escola um espaço de proteção e construção de pensamento crítico.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Em vídeo, Vélez defende ensino cívico da escola à universidade

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, prometeu "muita ênfase" no ensino de valores cívicos desde a educação infantil até a universidade durante sua gestão no MEC. "Havia nas nossas antigas escolas primárias e secundárias, [equivalentes] ao ensino fundamental e médio, a educação moral cívica.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6105999/em-video-velez-defende-ensino-civico-da-escola-universidade>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - ARTIGOS

Substâncias cancerígenas

Devido às atividades mutagênicas, as substâncias 3-nitrobenzantrona (3-NBA) e a 2-nitrobenzantrona (2-NBA) são consideradas dois dos mais potentes agentes químicos encontrados em partículas no ar atmosférico. O trabalho publicado em 1997, na New Scientist, destacou a 3-NBA como produto químico mais carcinogênico já descoberto, considerando-a como o “demônio no diesel” expelida pelos caminhões.

O material particulado atmosférico fino apresenta um potencial toxicológico que pode atingir os alvéolos pulmonares. A 3-NBA e a 2-NBA são substâncias que podem estar associadas a este material e precisam ser consideradas em estudos ambientais e toxicológicos para o melhor entendimento a respeito da incidência de câncer de pulmão

na população de grandes centros urbanos.

Apesar da grande importância dessas substâncias, não há ainda estudos científicos em nível mundial que relatem a ocorrência inequívoca delas na atmosfera ou em outros compartimentos ambientais.

Em 9 de janeiro deste ano, o artigo publicado na renomada revista científica internacional Scientific Reports, do grupo Nature, pelos cientistas baianos Aldenor G. Santos, Gisele O. da Rocha e Jailson B. de Andrade, estudou as substâncias presentes nas emissões de veículos movidos a diesel e relatou as suas ocorrências inequívocas associadas ao material particulado atmosférico do ambiente de Salvador. As amostras analisadas foram coletadas na Estação da Lapa e em uma área costeira da Baía de Todos-os-Santos (BTS).

Na Estação da Lapa, a origem da 3-nitrobenzantrona foi a queima de combustível diesel/biodiesel. Já na Baía de Todos-os-Santos, a queima de veículos, reações químicas na atmosfera e a queima de madeira foram as principais fontes da 3-nitrobenzantrona e 2-nitrobenzantrona. O estudo baiano contou com o apoio do CNPq, Capes, INCT, Fapesb, Petrobras e Marinha do Brasil.

A partir do estudo, os compostos com efeitos cancerígenos foram determinados pela primeira vez no Hemisfério Sul. A investigação pela relação das substâncias químicas presentes na queima de combustíveis nos ambientes estudados em Salvador indicou baixo risco de câncer, devido aos índices encontrados em ambos os locais.

Aldenor G. Santos é doutor em química, professor da Unijorge

[topo](#)

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL

ProUni : resultados da 1ª chamada vão ser divulgados hoje

A primeira edição do Programa Universidade para Todos (ProUni) deste ano teve 946.979 candidatos inscritos, informou o Ministério da Educação (MEC). As inscrições terminaram no domingo. Como cada candidato podia escolher até duas opções de curso, o número de inscrições chegou a 1.820.446. Apesar de ofertar um número recorde de bolsas de estudo — 243.888 bolsas em 1.239 instituições particulares de ensino —, o ProUni teve menos inscritos do que nos anos anteriores. Em 2018, foram mais de 1 milhão de candidatos e, em 2017, mais de 1,5 milhão.

Os resultados da primeira chamada serão divulgados hoje e os da segunda chamada, no dia 20. Do total de bolsas, 116.813 são integrais e 127.075, parciais, de 50% do valor das mensalidades. O candidato pré-selecionado na primeira chamada deverá comparecer à instituição para comprovar as informações prestadas na inscrição e, se for o caso, participar de processo seletivo próprio da instituição, do dia 6 ao dia 14 deste mês. Para os pré-selecionados na segunda chamada, esse prazo vai do dia 20 ao dia 27.

O registro da aprovação ou reprovação dos candidatos no Sistema Informatizado do ProUni e a emissão dos termos de concessão de bolsa ou termos de reprovação pelas instituições de ensino serão feitos entre os dias 6 a 18 próximos para os selecionados na primeira chamada e entre 20 de fevereiro e 1º de março, para os da segunda chamada. (Agência Brasil)

[topo](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

Movimentação dos estudantes anima comércio e imobiliárias

Com uma população de alunos cada vez maior, cresce a busca por imóveis e mobiliário para os novos habitantes da cidade

Passo Fundo é reconhecida como uma cidade polo em educação. Esse título foi confirmado pelo levantamento Perfil dos Municípios Gaúchos do Sebrae/RS, que apontou, por exemplo, que a taxa de analfabetismo caiu 60% entre os anos de 1991 e 2010, chegando a 3,3% da população.

Nas despesas municipais por função, a educação está em primeiro lugar, com 27,77% da renda (dados de 2016). Na educação superior, a cidade se destaca, com mais de 13% da população com nível superior, taxa considerada alta se comparada a municípios do mesmo porte.

Desde o início da década, o município viu o número de faculdades, universidades e cursos de graduação se multiplicarem exponencialmente.

Antes com poucas unidades de ensino, hoje Passo Fundo possui instituições locais que se tornaram redes estaduais de educação superior, faculdades federais, e uma série de instituições de ensino a distância, aumentando o reconhecimento.

Com isso, é de se esperar que a educação tenha influência em vários setores da economia municipal, e um dos mais impactados diretamente é o mercado de imóveis. Para João Vicente Souza, sócio diretor da Patrimônio Imóveis, essa importância não se expressa somente em números, como também no próprio cenário do setor.

“É inegável que nos últimos anos houve uma expansão na procura, o que levou a criação de novos empreendimentos de quitinete e um dormitório, para atender esse perfil de locatário. Muitos construtores viram o interesse dos investidores nesse público”, reitera.

Localização e preço

Souza lembra que esse tipo de locação é sazonal.

“A procura por aluguel nesses primeiros meses do ano acentua. A busca tem sido maior no aluguel residencial, e no fim do ano passado ela foi mais constante. Mas nesse período, em que há desocupação de estudante que saem, e a chegada de outros que vêm para a cidade, que coincide com o período de matrículas, é quando cresce a procura por apartamentos”, explica.

O produto também costuma ser bem específico.

“A demanda é por quitinetes e apartamentos de um a dois dormitórios. Mas isso depende muito do próprio estudante, que as vezes vem em vários da mesma cidade, que acabam optando por um apartamento de dois dormitórios e dividindo o aluguel. A procura predominante, porém, é de locais menores”, aponta.

Conforme Souza, a faixa de preços desses apartamentos fica entre R\$ 700 até R\$ 1 mil.

“Difícilmente passa desses valores, até porque esses estudantes que vêm de outras regiões normalmente não têm uma renda própria, e esse aluguel acaba impactando no

orçamento da família”, complementa o corretor.

Além do preço, o endereço desses imóveis também atende a um padrão. “Depende muito da instituição de ensino que esse aluno escolheu, que daí vai pesar ou a localização ou o valor do aluguel. Mas, não há dúvida que as locações mais requisitadas ficam na área central, próximos à Avenida Brasil, com supermercados e pontos de ônibus nas proximidades, então dá para dizer que a localização ainda é o ponto mais valorizado”.

Incremento também no mobiliário

Além da moradia, os estudantes que vêm para a cidade todo semestre também procuram a mobília para sua nova habitação. Conforme Ivan de Vargas, gerente de uma das lojas Volpato de Passo Fundo, eles deixaram de procurar itens usados, e agora tem interesse em objetos novos para ocupar espaços pequenos.

“Eles querem cozinhas compactas, cama ou sofá-cama, armários pequenos, lavadora automática, micro-ondas, televisão... uma boa parte deles, em torno de 60 a 70%, compra a mobília completa”, revela.

O preço ainda pesa na decisão, mas não é mais o fator decisivo.

“Geralmente é algo em conta, visando o custo-benefício. Mas geralmente, é uma compra completa, para pensar, além dos estudos, no conforto. Indiferente se é aquele estudante que se banca sozinho, ou aquele que vem com os pais. Procura algo que é algo pelo menos médio, mas dificilmente buscam o luxo”, conta Vargas.

O vendedor também explica que as lojas facilitam as condições.

“Procuramos trabalhar dentro da realidade de cada um. Tem quem quer negociar um desconto maior, também tem quem vem com os pais e prefere um parcelamento no nosso crediário, e até mesmo quem quer a facilidade do cartão de crédito”, conclui.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - OPINIÃO **Eleições para reitor da UFPE na atual conjuntura**

José Audisio Costa

Diretor da ADUFEPE - Associação dos Docentes da UFPE

A Universidade Federal de Pernambuco está entre as onze Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cujos reitores serão nomeados pelo atual governo neste ano. Para tanto, o MEC, no final do ano passado, publicou uma Nota Técnica definindo as novas regras que devem nortear (ou desnortear) o processo de escolha de reitores pelas IFES.

Na atual conjuntura de perda de direitos em que nos encontramos, a Nota retira a liberdade de nossa comunidade escolher, de forma democrática, seu próximo dirigente, desrespeitando a autonomia universitária - princípio garantido na Constituição Cidadã de 1988. Agora, é exigido um mínimo de 70% de participação docente e de 15% de estudantes e servidores técnicos administrativos, com proibição de segundo turno.

Desta forma, a grande conquista que tínhamos da votação paritária na consulta à comunidade fica cassada. Além disso, o eleito poderá não ter a votação da maioria dos que fazem a Universidade, uma vez que foi proibida a votação em segundo turno.

Na eleição passada para reitor, a efervescência de debates e opiniões na UFPE sobre a universidade era ampla, com vários grupos apresentando candidatos(as) e debatendo suas diferentes ideias e concepções de universidade. Uma festa democrática. O que teremos agora?

O mais votado não terá a garantia de ser o indicado pelo presidente, como acontecia no período de 2002 ao início de 2016. Assim foi no Instituto de Educação para Surdos (INES), cujo indicado foi aquele que não obteve a maioria dos votos, mesmo a eleição tendo sido realizada antes da publicação da Nota Técnica e havido um acordo interno na Instituição de que todos acatariam a decisão da maioria da comunidade. Também na Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM) o resultado da consulta à comunidade universitária não foi reconhecido: o governo indicou o segundo colocado.

Resta-nos, como defensores da universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática, com autonomia didática e científica, construir a unidade de todos que defendem esta ideia. Para que, neste processo, seja indicado para dirigir a UFPE quem realmente represente os reais interesses da Instituição é preciso que este seja o escolhido pela comunidade universitária. Somos professores criativos, formadores de profissionais, construtores de conhecimento e temos este desafio a ser superado, em um curto espaço de tempo. Vamos à luta, em defesa da Universidade Pública. Viva a UFPE!

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - GERAL

Professor irá gerenciar o FNDE

Carlos Alberto Decotelli é o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A nomeação foi publicada, ontem, no Diário Oficial da União. Autor de livros na área de educação e finanças, Decotelli integrou a equipe de transição, instituída após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo notado FNDE, ideias e estratégias debatidas na transição serão implementadas na autarquia. O FNDE é responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do País.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - ECONOMIA

Educação e saúde na pauta

Além da questão do endividamento, o encontro de Paulo Câmara com Paulo Guedes também vai tratar de assuntos que interessam a todos os Estados, em relação aos investimentos em educação e saúde, considerado pelos governadores como o principal problema federativo.

Após a reunião com o ministro da Fazenda, Paulo seguirá para Fórum dos Governadores do Nordeste, que acontece na sede do escritório de representação do governo do Ceará em Brasília. “Junto com os governadores, vamos rever as pautas, procurar os membros do Legislativo, Rodrigo Maia e Davi (Alcolumbre), para tratar da agenda federativa e das ações necessárias para todo o Nordeste”, disse o governador ontem. Para os governadores, o governo federal passou muitas obrigações aos Estados e repassa pouca verba. “O Fundeb, é importante investir em educação, mas o governo federal está entrando com poucos recursos. Queremos rediscutir a participação da União nos investimentos em educação.

Os Estados estão entrando praticamente sozinhos”, disse Décio Padilha, referindo-se ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação. “A cada ano Pernambuco entra com mais dinheiro e volta menos recursos per capita”, disse Padilha, alegando que o número de alunos do ensino médio vem caindo em relação ao de alunos da rede municipal, que cresce.

O Estado tem 44 mil servidores na Educação. O Fundeb é formado com a arrecadação de 20% dos tributos estaduais (ICMS e IPVA, por exemplo). Em 2018, isso significou uma contribuição de Pernambuco de R\$ 3,6 bilhões. Pelo critério de alunos, voltaram do Fundeb R\$ 2 bilhões ao Estado. “Ficamos com R\$ 1,6 bilhão presos no Fundeb, seria um dinheiro que podíamos estar revertendo em investimentos. Ninguém quer federalizar o ensino, mas queremos compartilhar melhor os recursos”, diz Padilha.

O secretário alega, ainda, que no Sistema Único de Saúde (SUS), também acontece algo similar. “Só Pernambuco colocou R\$ 2 bilhões sozinho em 2018. A portaria do SUS está defasada e não cobre todos os atendimentos feitos durante o ano”, argumenta

topo ↕

O TEMPO - MG - GERAL

Ministério atrasa entrega de livros

Educação. Mais de 10 milhões de títulos literários previstos em edital não foram comprados

SÃO PAULO. Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do país para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras – o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até segunda-feira, quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado. Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los.

O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018. O jornal “O Estado de S. Paulo” apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os ocupantes dos principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que “a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos”. No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano. Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro – a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFSCar Sorocaba oferece bolsa de pós-doutorado em Ciência da Computação
Candidatos devem ter doutorado em Computação ou áreas afins; inscrições vão até esta quarta-feira (6).

O programa de pós-graduação em Ciência da Computação do campus Sorocaba (SP) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) está com inscrições abertas em processo de seleção de candidatas a uma bolsa oferecida pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, com vigência a partir de março de 2019.

O edital é voltado a pessoas com título de doutor em Computação ou áreas afins que possam ter dedicação exclusiva a pesquisas científicas em uma das linhas de pesquisa do PPGCC-So: "Computação Científica e Inteligência Computacional" e "Engenharia de Software e Sistemas de Computação".

A bolsa tem valor mensal de R\$ 4,1 mil, com duração de 12 meses, podendo ser renovada por igual período.

As inscrições devem ser feitas até esta quarta-feira (6) exclusivamente pelo e-mail ppgccs@ufscar.br, com assunto "PNPD: Inscrição", encaminhando a documentação exigida conforme instruções do edital.

As informações sobre o processo seletivo estão no edital, disponível no site. Dúvidas podem ser esclarecidas pelo e-mail de inscrição.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ifro abre inscrições para 22 vagas no mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, em RO

Inscrições podem ser feitas até o próximo dia 7 de março e a taxa é de R\$ 70.
Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 5 de maio.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (Ifro) está com inscrições abertas para o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). As inscrições podem ser feitas até o dia 07 de março e a taxa é de R\$ 70. A realização do Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 5 de maio. Em Rondônia, o curso será ofertado no campus Calama, em Porto Velho.

Segundo a assessoria do Ifro, são 22 vagas divididas em 11 para servidores do próprio Instituto, oito para a ampla concorrência e três às ações afirmativas, como uma vaga para PcD (pessoas com deficiência, comprovada por meio de laudo médico), uma vaga para negros e outra para indígenas.

Nacionalmente, o ProfEPT oferecerá 908 vagas. A inscrição deverá ser feita, exclusivamente, via internet no Sistema de Inscrições, seguindo as datas do cronograma e as regras do edital.

O endereço eletrônico do Sistema de Inscrições será divulgado no site do programa. Solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição devem ser feitas até o dia 11 de fevereiro.

O ProfEPT é ofertado na modalidade semipresencial. Para ser aprovado, o candidato precisa passar pelo Exame Nacional de Acesso, respondendo a 50 questões objetivas sobre temas ligados às bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica, Metodologias de Pesquisa e Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem. A bibliografia completa está disponível no Edital.

O processo de seleção é voltado para pessoas que tenham diploma de curso superior ou declaração de conclusão de curso superior devidamente reconhecido (ou revalidado) por órgãos competentes do Ministério da Educação. O resultado final será divulgado no dia 17 de junho e as aulas estão previstas para começar em agosto.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: profept@ifes.edu.br ou diretamente com a Coordenação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no Ifro, pelo e-mail: profept.ifro@ifro.edu.br.

Sobre o ProfEPT

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica com um mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional, da área de Ensino, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES**, do Ministério da Educação.

O ProfEPT é ofertado na modalidade semipresencial e ministrado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É coordenado por um Comitê Gestor e pela Comissão Acadêmica Nacional.

topo 

JORNAL DA FRANCA - TEMPO REAL

**Bolsas : Parceria da Unesp oferece chance de diploma europeu em 25 cursos
Graduandos interessados em estudar na França podem se inscrever para a seleção até o dia 28 de fevereiro**

Acordo entre a Unesp e instituições de ensino superior da França permite que estudantes de 25 cursos de tecnologia e de agricultura da Universidade possam cursar, durante dois anos, uma universidade francesa e, ao retornarem ao Brasil para concluir os estudos, tenham o diploma validado nos dois países.

As bolsas para o intercâmbio são concedidas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** por meio de dois programas (veja mais detalhes no vídeo acima).

O BRAFITEC - Brasil France Ingénieur TEChnologie – é direcionado aos cursos de Ciência da Computação, Engenharia Aeronáutica, Engenharia Ambiental, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Cartográfica, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Bioprocessos e Biotecnológica, Engenharia de Biosistemas, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Energia, Engenharia de Materiais, Engenharia de Pesca, Engenharia de Produção, Engenharia de Telecomunicações, Engenharia Elétrica, Engenharia Industrial Madeireira, Engenharia Mecânica, Engenharia Química

Foi o BRAFITEC que permitiu Gabriel Mantovani; no último semestre de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da Unesp, em Ilha Solteira, a graduar-se em Engenharia de Performance Automotiva na Escola Nacional de Engenheiros, em Metz, França (Ingénieur Performace Automobile -École Nationale D'ingénieurs de Metz - ENIM).

renato-1.jpgrenato-1.jpg“O BRAFITEC é um programa que permite que os alunos da Universidade, aqueles da área tecnológica, possam conseguir o duplo diploma na França. Ou seja, o aluno fica três anos, ou dois anos e meio, inicialmente em uma unidade da Unesp, e depois de aprovado no concurso, com o financiamento da **Capes**, faz mais dois anos na França. Volta para o Brasil no último semestre e termina o curso. Acaba obtendo o diploma tanto na França quanto no Brasil”, explica o assessor da Assessoria de Relações Exteriores da Unesp (Arex), professor Renato de Toledo Leonardi.

Na 53ª Cerimônia de Diplomação dos Engenheiros da ENIM, Gabriel foi surpreendido com a mensagem em vídeo da família que não pôde ir à solenidade. “Gostaríamos de agradecer à ENIM e à Unesp por esse convite e oportunidade. Estamos muito orgulhosos de você [Gabriel] e sabemos de todo seu esforço diante de todos os obstáculos que você enfrentou e venceu! Parabéns! Te amamos! Beijo”, anunciaram os familiares do mais novo engenheiro brasileiro formado na ENIM.

“Eu fui pego de surpresa. Meus pais e minha irmã falaram, depois meu avô e minha avó, realmente não estava esperando. Depois veio minha namorada, já sabia que falaria, depois que visse minha família. Eu sabia que ela estava lá, me apoiando também. Foi muito legal”, afirma Mantovani.

dp_0055.jpgdp_0055.jpgEle destacou ainda que uma graduação sanduíche é muito difícil quantificar o quanto essa experiência é enriquecedora para uma pessoa. “Nós somos expostos a muitas dificuldades, a muitas experiências novas, a uma nova cultura e conseguimos graduar-se em outro país. Em seis anos, obtive dois diplomas, um internacional que é válido em toda a Europa, e outro no Brasil inteiro. Foi muito bom para mim em um curto período de tempo ter dois diplomas”, diz o estudante, que tem mais um semestre pela frente na Unesp.

“A França oferece educação gratuita para alunos do mundo todo, que têm competência e capacidade de falar francês, de ter um currículo que permita que ingressem nas universidades francesas e formem-se, da mesma forma que um nativo francês. É por isso que a França é um grande parceiro neste quesito específico do BRAFITEC e do BRAFAGRI. É o parceiro que nós temos mais importante em termos de mobilidade para alunos de graduação, na obtenção de duplo diploma”, esclarece Leonardi.

Júlia Correa é aluna de Engenharia Elétrica na Faculdade de Engenharia da Unesp, em Guaratinguetá, e embarcou em 2018 para Grenoble, França, onde irá graduar-se em Engenharia de Computadores e Eletrônica de Sistemas Embarcados na Escola Politécnica de Grenoble Alpes (Informatique et Électronique de Systèmes Embarqués - École Polytechnique de L'Université Grenoble Alpes).

“Logo que cheguei à França foi um pouco complicado, principalmente por causa da língua. É muito diferente você ter estudado o idioma no Brasil, por exemplo, e você chegar aqui. Você se vê completamente imerso na cultura, tendo que usar no dia a dia a língua. Os professores da faculdade e todo o pessoal que nos recepciona aqui são bem preparados. Eles tentam entender o que estamos falando, os nossos questionamentos. Tirar todas nossas dúvidas. Os professores, principalmente. Eles sabem da dificuldade de você estudar fora, em um país que não fala a mesma língua que a sua”, afirma Júlia Correa.

“O aluno unespiano, quando volta ao Brasil, traz consigo toda essa experiência que adquiriu nesses dois anos que passou no país estrangeiro.

Ele traz toda uma experiência pessoal, da cultura, da língua, e traz ainda toda a experiência técnica da vivência dele na universidade e em um estágio realizado na França. Isso acaba trazendo informações importantes, que nos últimos seis meses pode agregar muita coisa à sua formação”, comenta o assessor da Arex, professor Marcelo Pereira.

“O crescimento profissional e pessoal é gigantesco. Pessoal porque nos vemos obrigados a cuidar de todas as nossas coisas aqui na França. Temos que correr atrás de abrir conta em um banco, resolver as coisas da faculdade e tudo isso falando um outro idioma e dependendo só de nós mesmos. O crescimento profissional também é gigantesco, uma vez que aqui conseguimos ver diferentes carreiras que, às vezes, não temos a possibilidade de ver no Brasil. O Brasil, muitas vezes, é muito focado só na indústria, e aqui eles têm a possibilidade de ir trabalhar em um laboratório, ou até mesmo ir para uma indústria e fazer pesquisa dentro dessa indústria”, opina Júlia Correa.

Marcelo Pereira destaca ainda a importância do estágio internacional. “O aluno que realiza o duplo diploma tem a possibilidade de fazer um estágio no exterior, um estágio dentro de um escritório de pesquisa, dentro de uma indústria, o que certamente, quando o estudante retornar ao Brasil, vai abrir portas em função do conhecimento adquirido e pela forma diferente de produzir o que aprendeu.”

De Grenoble, onde está Júlia, para Metz, onde está Bárbara Pardino desde o ano passado. Ela interrompeu o curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Unesp, em Guaratinguetá, no quarto semestre, para se tornar também engenheira civil pela Universidade de Lorraine (Université de Lorraine - Mathématiques, Informatique, Mécanique).

barbara-1.jpg
barbara-1.jpg “Minhas expectativas são poder aproveitar ao máximo essa experiência, aprimorar o idioma, estudar bastante e levar o conhecimento daqui para o Brasil. Eu, realmente, acredito que a educação pode mudar o mundo e, para mim, é uma honra fazer parte dessa mudança. Sou de uma família bastante humilde e foi uma grande surpresa para todos ser selecionada para o BRAFITEC. Sem a bolsa não teria condições de vir até aqui. É realização de um grande sonho”, afirma Bárbara Pardino.

Júlia, colega de câmpus da Unesp de Bárbara, salienta que estudar fora é uma grande ocasião. “É uma boa oportunidade para desenvolver-se pessoalmente e profissionalmente. Aprender com os desafios que enfrentamos nessa vida nova e como

isso pode colaborar para sermos um melhor profissional, para ajudar a trazer um grande crescimento para nosso país”.

Os alunos dos cursos Engenharia de Alimentos, Engenharia Agrônômica, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia só podem aplicar ao Programa BRAFAGRI - Brasil França Agricultura.

“Considero que a Unesp está tornando-se uma instituição melhor com programas interinstitucionais e internacionais como o BRAFAGRI. É uma experiência que permite ao estudante estar preparado e melhor qualificado para o mercado globalizado, dá maior visibilidade ao estudante e à Universidade e, de modo geral, a pessoa aprende a respeitar as diferenças e torna-se um cidadão do mundo. Do ponto de vista institucional, o programa proporciona um incremento na condição de internacionalização da Unesp, por meio da vinda de estudantes e professores ou pesquisadores estrangeiros para a Unesp”, diz o coordenador do BRAFAGRI na Unesp, professor Roger Darros-Barbosa .

Via de mão dupla

Audrey Le Du e Juliette Cohu fizeram o caminho inverso. Vieram de Rennes, França, para o câmpus São José do Rio Preto conquistar o duplo diploma em Engenharia de Alimentos pelo Instituto Superior de Ciências Agrárias, Agronegócio, Horticultura e Paisagem (Institut Supérieur des Sciences Agronomiques, Agroalimentaires, Horticoles et Du Paysage - Agrocampus Ouest) e pelo Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Unesp (Ibilce).

audrey-biblioteca-6.jpeg
audrey-biblioteca-6.jpeg “Porque eu achei o Brasil vantajoso? Primeiro, porque é um país muito importante na produção alimentícia mundial e, também, porque as aulas no Brasil são bem complementares àquelas da França. São mais aulas práticas e turmas menores. O que me trouxe esse duplo diploma? Muita coisa. Primeiro, a capacidade de adaptação que vou conseguir valorizar muito bem no meu currículo e também o orgulho de ter validado as aulas iguais ao de um aluno local, em uma língua que não é a minha. Essa experiência me trouxe muita força para atacar desafios ainda maiores”, conta Le Du.

“Já eu acabei encontrando alguns amigos um pouco mais próximos, e também encontrei o meu marido. O que adicionou um pouco mais de prazer às aulas. Eu gostei bastante, principalmente, dos dois últimos semestres. Eu tive, realmente, mais do que uma experiência de aulas, tive experiência de vida que nunca vou esquecer. Agora moro no Brasil, mas acredito que todo mundo que passa por esse intercâmbio percebe que temos essa experiência também para aprender a se conhecer e a conhecer outra cultura. Acho que isso nos faz crescer de um jeito especial que a gente não conseguiria ficando em nosso país”, diz Cohu.

Os estudantes interessados podem escolher entre 54 instituições francesas parceiras da Unesp para candidatar-se a qualquer um dos dois programas. Os requisitos principais são estar regularmente matriculado na graduação, ter concluído 20% dos créditos do curso, ter conseguido nota 600 no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) após 2009, apresentar o currículo Lattes comprovado, responder todos os questionamentos da reitora, ter desempenho acadêmico maior ou igual a 6,5 (seis e meio), estar apto no primeiro semestre do ano da candidatura e apresentar todos documentos exigidos.

Quem tiver interesse em estudar na França pode se inscrever para a seleção até 28 de fevereiro de 2019. Os editais podem ser consultados no Portal da Unesp na internet, no subsite da Assessoria de Relações Externas (Arex), no endereço eletrônico:

<https://www2.unesp.br/portal#!/arex/intercambio/graduacao/>

Outras informações também podem ser obtidas pelo telefone (011) 5627-0600.

topo ↕

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

Substâncias cancerígenas

Devido às atividades mutagênicas, as substâncias 3-nitrobenzantrona (3-NBA) e a 2-nitrobenzantrona (2-NBA) são consideradas dois dos mais potentes agentes químicos encontrados em partículas no ar atmosférico. O trabalho publicado em 1997, na New Scientist, destacou a 3-NBA como produto químico mais carcinogênico já descoberto, considerando-a como o “demônio no diesel” expelida pelos caminhões.

O material particulado atmosférico fino apresenta um potencial toxicológico que pode atingir os alvéolos pulmonares. A 3-NBA e a 2-NBA são substâncias que podem estar associadas a este material e precisam ser consideradas em estudos ambientais e toxicológicos para o melhor entendimento a respeito da incidência de câncer de pulmão na população de grandes centros urbanos.

Apesar da grande importância dessas substâncias, não há ainda estudos científicos em nível mundial que relatem a ocorrência inequívoca delas na atmosfera ou em outros compartimentos ambientais.

Em 9 de janeiro deste ano, o artigo publicado na renomada revista científica internacional Scientific Reports, do grupo Nature, pelos cientistas baianos Aldenor G. Santos, Gisele O. da Rocha e Jailson B. de Andrade, estudou as substâncias presentes nas emissões de veículos movidos a diesel e relatou as suas ocorrências inequívocas associadas ao material particulado atmosférico do ambiente de Salvador. As amostras analisadas foram coletadas na Estação da Lapa e em uma área costeira da Baía de Todos-os-Santos (BTS).

Na Estação da Lapa, a origem da 3-nitrobenzantrona foi a queima de combustível diesel/biodiesel. Já na Baía de Todos-os-Santos, a queima de veículos, reações químicas na atmosfera e a queima de madeira foram as principais fontes da 3-nitrobenzantrona e 2-nitrobenzantrona. O estudo baiano contou com o apoio do CNPq, Capes, INCT, Fapesb, Petrobras e Marinha do Brasil.

A partir do estudo, os compostos com efeitos cancerígenos foram determinados pela primeira vez no Hemisfério Sul. A investigação pela relação das substâncias químicas presentes na queima de combustíveis nos ambientes estudados em Salvador indicou baixo risco de câncer, devido aos índices encontrados em ambos os locais.

Aldenor G. Santos é doutor em química, professor da Unijorge

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Quem se importa com a educação dos professores?

Mistura de crise financeira e polêmica vazia bloqueiam debate sobre formação de educadores

Tentei puxar a conversa para a formação de professores, mas não consegui. O secretário de educação de um estado importante só conseguia falar sobre o orçamento estrangulado, a falta de infraestrutura na rede e os possíveis conflitos com o sindicato. Com poucos dias de casa, o secretário já estava consumido pela agenda administrativa.

Ele não está sozinho. Os estados, com algumas exceções, estão quebrados. A educação é uma área com grande orçamento, geralmente um dos maiores de qualquer administração (o que não significa que seja suficiente nem bem gasto).

Porém, a combinação de economia nas cordas e irresponsabilidade administrativa deixou um legado trágico para as crianças. Falta dinheiro para o básico. Temo pela merenda e pelo salário dos educadores ao longo dos próximos anos, para ficar em apenas dois pontos.

Se isso não fosse o bastante, a crise tem outra consequência. Ela tira o foco dos secretários de educação. Envoltos em urgências básicas, eles não priorizam as semanas pedagógicas, não oferecem cursos de formação continuada, não contratam equipes para orientar diretores e coordenadores.

Para adicionar insulto à injúria, a educação foi instrumentalizada para a guerra cultural. Em vez de encarar a difícil conversa sobre o terço pedagógico, o tempo reservado (e mal usado) para professores estudarem e preparem aulas, os gestores e técnicos das secretarias têm de blindá-los da perseguição ideológica.

Isso cansa, e o coração da secretaria bate descompassado. Quando a educação do professor não é prioridade do gestor público, pode apostar: na média, os alunos aprendem muito pouco. Não existe bala de prata em educação, capaz de eliminar todos os nossos males de uma única vez. Porém, existe bala de latão, excelente em matar avanços obtidos a duras penas no passado. No atual cenário, estamos produzindo latão aos montes.

É bem fácil notar isso. Quantos gestores citam o livro "Rodadas Pedagógicas – Como o Trabalho em Redes Pode Melhorar o Ensino e a Aprendizagem" como referência para os momentos de formação da secretaria? Aliás, qual a bibliografia que a secretaria recomenda? Quais são as diretrizes para o trabalho das escolas?

Estamos no início de mais um ano letivo e no comecinho de gestão de muitos dos novos secretários. É um período de muita ansiedade para as famílias, que muitas vezes ficam no escuro sobre a educação dos seus filhos e filhas. É uma ótima oportunidade para organizar encontros locais e dar entrevistas, é um bom período para os secretários, com o perdão da redundância, educarem a sociedade sobre educação.

Nós precisamos falar cada vez mais da formação que nossos professores recebem enquanto estão trabalhando. Nos países em que os alunos aprendem de verdade, seus mestres são prioridade. A formação do educador é tão importante quanto a do estudante.

Nestes países, dificilmente ministros vão irritar a sociedade com declarações desastradas. Afinal, eles sabem que ministros dão o exemplo. Quando eles desviam o foco, o país todo perde. E falta de foco é um esporte nacional neste ano da graça de 2019.

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Ministro da Educação pede desculpa à mãe de Cazuza e depois diz que erro foi bobo

Vélez Rodriguez atribuiu ao cantor frase que seria do Casseta & Planeta
Brasília

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, retratou-se por uma frase atribuída erroneamente ao cantor Cazuza, mas depois disse que se tratava de um erro bobo. Culpou ainda a mídia por supostamente descontextualizar suas declarações.

Pelo Twitter, o ministro afirmou que pediu desculpa à mãe do cantor, Lucinha Araújo.

Em entrevista à revista Veja, ele disse que Cazuza “pregava que liberdade é passar a mão no guarda”. Não há notícias de que o cantor, morto em 1990, teria dito isso. A frase é atribuída ao grupo humorístico “Casseta & Planeta” nos anos 1980.

Na rede social, Vélez escreveu: "Liguei para Lucinha Araújo, mãe de Cazuza, para desfazer o equívoco de uma resposta que dei atribuindo a ele frase de um programa humorístico. A conversa foi tocante e combinamos uma visita a ela quando eu for ao Rio. O amor do coração de uma mãe por seu filho é algo valoroso."

Lucinha divulgou mais cedo uma carta aberta em que refutava a ligação da frase a Cazuza, classificava o episódio como inadmissível e ameaçava processar o ministro.

Mais tarde, também em rede social, o ministro escreveu que a mídia descontextualiza suas declarações para enganar a população. "Até mesmo um equívoco simples e bobo, como uma citação errônea, transforma-se em ato político", disse.

O ministro disse que a mídia não mostra que agora há no MEC "uma equipe comprometida com a educação do nosso povo" e que diretrizes "nocivas do sistema educacional" estão sendo revistas. O ministro não citou quais seriam essas novas diretrizes.

A nota diz que a pasta está trabalhando para desaparelhar as escolas e educar de verdade. "É isso que importa, mas não é isso que a mídia quer que você saiba", completa a nota assinada por ele.

Três de seis secretários escolhidos por Vélez são ex-alunos seus sem nenhuma experiência em gestão educacional.

A única diretriz anunciada pelo governo Bolsonaro na área de educação é um foco em alfabetização, embora não haja detalhes do que será feito.

Vélez escolheu para uma nova secretaria de Alfabetização o dono de uma pequena escola do Paraná, também sem experiência em gestão pública. Carlos Nadalim foi indicado pelo escritor Olavo de Carvalho, assim como o próprio Vélez.

Na mesma entrevista à revista Veja, o ministro, que é colombiano, disse que o brasileiro

é um "canibal viajando" e que rouba coisas de hotéis e aviões. Sobre essa declaração o ministro não pediu desculpa

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC não assina contratos e atrasa entrega de 10,6 milhões de livros

Pasta tem demora em definição de equipe, exonerações e mudanças em edital, suspensas após repercussão negativa

O Ministério da Educação do governo Jair Bolsonaro não comprou 10,6 milhões de livros literários que deveriam ser entregues já neste ano a escolas públicas de todo país. Isso ocorreu porque parte dos contratos com as editoras já aprovadas não foram assinados. As aulas já começaram em várias redes pelo país.

Das 256 editoras com obras selecionadas no PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) específico para obras literárias, 96 ainda aguardam a assinatura ser efetivada. Os 10,6 milhões de livros equivalem a um orçamento de R\$ 58 milhões.

O trâmite total do edital foi finalizado em novembro do ano passado e, neste ano, nenhum contrato foi assinado, segundo informações consultadas no Diário Oficial da União.

Segundo a Folha apurou, a demora na definição da equipe do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) tem atrasado os processos e comprometeu a finalização das compras. O FNDE é o órgão do Ministério da Educação responsável pela aquisição de livros para as escolas públicas.

A nomeação do presidente do fundo, Carlos Alberto Decotelli, só foi oficializada nesta terça-feira (5). Servidores e ex-servidores relatam que o órgão está um caos após o início da gestão Bolsonaro. A situação fora agravada com exonerações de onze servidores na primeira quinzena de janeiro. A permanência de parte dos exonerados havia sido garantida por Decotelli, que nem sequer participou da escolha dos dispensados.

As exonerações ocorreram após a polêmica envolvendo mudanças em um outro edital de compras de livros. As mudanças no edital, reveladas pela Folha, retiraram exigências das obras, como o combate à violência contra a mulher, e permitia livros com erros. As alterações foram suspensas após repercussão negativa.

O edital total de livros literários prevê a entrega de 58 milhões de obras e é estimado em torno de R\$ 300 milhões.

Ele é relacionado a obras de literatura de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Incluem livros para sala de aula, bibliotecas e também para os alunos.

Desde 2014, ainda no governo Dilma Rousseff (PT), o MEC não comprava livros de literatura. Até então, os livros de literatura eram adquiridos no âmbito de um programa específico para bibliotecas.

Mudanças nos programas de livros realizadas durante o governo Temer incluíram a compra desse tipo de obra nos PNLDs tradicionais, que são realizados por ciclos. A

entrega de livros para o próprio aluno também foi uma das novidades. A primeira leva deveria chegar neste ano, mas até agora houve o atraso desses livros.

Mesmo se todos os contratos fossem assinados agora, os livros chegariam com grande atraso. A média para impressão e transporte dos livros é de quatro meses.

A Folha questionou o MEC, comandado por Ricardo Vélez Rodríguez, sobre o montante de livros entregues e atrasos, mas não obteve retorno. Não informou, ainda, sobre uma expectativa de entrega. A reportagem também tentou contato com o presidente do FNDE mas não obteve sucesso.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

UnB e Finatec selecionam programador para atuar em EAD

O Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília (Cead/UnB), juntamente à Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), abre processo para seleção de programador para atuar na promoção de ações educativas a distância.

As atividades do cargo incluem o desenvolvimento de sistemas de software de apoio para os processos organizacionais, como CMS Joomla e Linguagem C; atividades de manutenção corretivas e adaptativas em sistemas de software; atividades de manutenção corretivas e adaptativas do sistema Moodle e a documentação de códigos desenvolvidos.

Para participar, é preciso comprovar nível superior em sistemas de informação, ciência da computação, engenharia da computação ou áreas afins com graduação realizada em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.

Os profissionais que forem selecionados serão contratados com carga horária de 40 horas semanais e atuação em Brasília.

As inscrições serão realizadas no site da Finatec até sexta-feira (8) A seleção ocorrerá a partir das seguintes etapas: análise curricular, entrevista pessoal e defesa de produção técnica. Confira os requisitos no edital pelo link.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Prouni 2019: Resultado da primeira chamada será divulgado nesta quarta-feira Segundo o MEC, 950 mil candidatos que fizeram o Enem 2018 se inscreveram para concorrer a uma das 243 mil bolsas de estudo parciais e integrais.

O Ministério da Educação divulga nesta quarta-feira (6) o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) 2019. O resultado será divulgado na página do Prouni.

O Prouni oferece bolsas de estudo parciais e integrais em cursos de graduação de instituições particulares no Brasil. As inscrições foram encerradas às 23h59 deste domingo (3) e, segundo o MEC, quase 950 mil estudantes estão participando da seleção.

Para concorrer às bolsas, era necessário ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018 e tirado, no mínimo, 450 pontos na média da prova. Quem zerou a redação está eliminado do processo.

Nesta edição, há 243.888 vagas – um recorde histórico desde o início do programa, em 2005, segundo o MEC. Desse total, 116.813 são bolsas integrais e 127.075 são bolsas parciais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministro da Educação causa polêmica com declarações

Entre outros assuntos, Ricardo Vélez Rodríguez disse que a universidade não é para todos. Lucinha Araújo pede retratação por menção a Cazusa.

Declarações recentes do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, têm causado polêmica. Entre outros assuntos, ele disse que a universidade não é para todos.

O ministro da Educação defendeu incluir a disciplina educação moral e cívica no currículo do ensino fundamental para os estudantes aprenderem o que é ser brasileiro e quais são os nossos heróis. Ele falou para a revista 'Veja'. A entrevista saiu na edição desta semana.

Vélez Rodríguez disse que a volta de educação moral e cívica nas escolas é uma forma de ensinar o adolescente que viaja que existem contextos sociais diferentes e que as leis dos outros países devem ser respeitadas. Afirmou que o brasileiro viajando é um canibal:

“Rouba coisas dos hotéis, rouba o assento salva-vidas do avião; ele acha que sai de casa e pode carregar tudo. Esse é o tipo de coisa que tem de ser revertido na escola”, disse o ministro.

Na noite da segunda-feira (4), o ministro voltou a defender o ensino de moral e cívica em um vídeo na página do MEC.

“Eu vou dar muita ênfase a isso: a retomada desse processo de ensino de valores fundamentais, fundantes da nossa vida cidadã, tanto no ensino infantil como no ensino fundamental, ao longo de todo o ensino fundamental e por que não, continuando no nível universitário”?

O senador Major Olímpio, do PSL, partido do presidente Jair Bolsonaro, apoia a proposta do ministro.

“Isso vai valorizar, vai ampliar a formação e a visão do cidadão brasileiro a partir da escola. Coisas mínimas que hoje se observa que as pessoas não sabem mais cantar o Hino Nacional, não conhecem o símbolo pátrios, então, isso é importante, não conhecem minimamente a estrutura de funcionamento do estado brasileiro”, disse.

Ainda na entrevista à “Veja”, Ricardo Vélez Rodríguez criticou a atriz e cineasta Carla Camuratti porque, segundo ele, colocou Dom Joãozinho - referindo ao príncipe regente Dom João VI, que chegou ao Brasil com a Família Real em 1808 - como um reles comedor de frango, sem nenhuma serventia,

O ministro se referia ao filme “Carlota Joaquina”, que, na verdade, não é um documentário, mas uma paródia de um momento histórico. Carla Camuratti preferiu não comentar a crítica do ministro.

Na entrevista ele também repetiu que a universidade não é para todos, que ela representa uma elite intelectual, para a qual nem todo mundo está preparado ou para a qual nem todo mundo tem disposição ou capacidade.

Velez Rodríguez elogiou o programa Escola sem Partido e fez críticas ao que chama de ideologização precoce de crianças na escola. Ele afirmou que a escola não serve para fazer política, que “a ideologização nas escolas é um abuso, um atentado ao pátrio poder e uma invasão da militância em um aspecto que não lhe compete”. E ameaçou: “Quem praticar isso ostensivamente vai responder à legislação que existe neste país”.

Sobre a liberdade de ensino, disse que “liberdade não é fazer o que você deseja. Liberdade é agir, fazer escolhas dentro dos limites da lei e da moralidade. Fazer o que dá vontade não é ser livre. Isso é libertinagem. No Brasil, por força de ciclos autoritários, temos uma visão enviesada da liberdade. Liberdade não é o que pregava Cazusa, que dizia que liberdade é passar a mão no guarda. Não! Isso é desrespeito à autoridade, vai para o xilindró”.

A mãe de Cazusa, Lucinha Araújo, afirmou que o filho nunca disse isso e esclareceu que a frase é de autoria dos humoristas do Casseta e Planeta. Em uma carta aberta, Lucinha cobrou uma retratação. Nesta terça-feira (5) Vélez Rodríguez ligou para ela para pedir desculpas.

“Eu achei que ele, além de ser mal informado, foi leviano de dar uma declaração dessas. ‘Como é que o senhor pôs na boca do meu filho’. Ele disse: ‘Ah, senhora, mil perdões. Eu não sei como eu vou me desculpar’. Eu falei: ‘Quero que o senhor se desculpe publicamente’”.

No fim da tarde, o ministro da Educação se desculpou numa rede social. Disse que a conversa foi tocante e que combinou uma visita a ela quando for ao Rio. E finalizou: “O amor do coração de uma mãe por seu filho é algo valeroso”.

A presidente do movimento Todos pela Educação, Priscila Fonseca da Cruz, também criticou declarações do ministro e disse que o país precisa identificar e enfrentar os problemas reais da educação.

“O problema central da educação brasileira é que a gente não tem conseguido garantir aprendizagem dos nossos alunos, esse é o principal desafio. E como que a gente resolve esse desafio? Com formação de professores, escolas bem geridas, com tempo integral, com material didático de qualidade, com uma boa base nacional curricular. É assim que se resolve”, disse.

As declarações do ministro da Educação provocaram reações no Congresso. Na Câmara e no Senado já estão prontos pedidos para que Ricardo Vélez Rodríguez explique as declarações consideradas desrespeitosas, preconceituosas e que atacam direitos garantidos na Constituição.

No Senado, o líder da Rede, Randolfe Rodrigues, contestou o ministro e disse que a educação é direito de todos.

“Não se pode, a despeito de querer banir uma pretensa ideologização, tentar impor uma

outra ideologia nas escolas. Na verdade, o que ele argumenta fere um princípio constitucional, que é o princípio da liberdade de cátedra, e do pluralismo de ideias pelo qual está assentada a nossa educação. Está na nossa Constituição. Educação é dever de todos. É direito de todos e é dever do estado. Ele, ao se referir a universidade só para alguns, desconhece um princípio constitucional elementar”.

O deputado Alessandro Molon, do PSB, quer que o ministro vá ao plenário da Câmara dar explicações.

“Ele atacou de forma inaceitável a honra dos brasileiros chamando a todos de ladrões. E nós não aceitamos isso. Ele tem que vir à Câmara se explicar e pedir desculpas aqui ao povo brasileiro”.

A assessoria de Vélez Rodríguez divulgou uma nota em que declara que, ao falar sobre as universidades, o ministro queria dar ênfase à valorização do ensino básico e técnico e que, para ele, o ensino superior está aberto a todos os estudantes que quiserem ingressar por livre escolha, e não por imposição do mercado.

Sobre a declaração de que o brasileiro viajando é um canibal, a assessoria do ministro afirmou que ele estava se referindo a casos específicos de determinados jovens e não quis generalizar.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Professor Carlos Alberto Decotelli é nomeado presidente do FNDE
Autor de livros na área de educação e finanças, Decotelli integrou a equipe de transição do governo Bolsonaro**

O professor Carlos Alberto Decotelli é o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A nomeação foi publicada na edição desta terça-feira (5/2) do Diário Oficial da União.

Autor de livros na área de educação e finanças, Decotelli integrou a equipe de transição, instituída após a eleição do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Segundo nota do FNDE, ideias e estratégias debatidas na transição serão implementadas na autarquia.

Para Decotelli, o FNDE deverá sair da condição de “agente repassador para cooperador” na definição da política de aplicação do recursos da educação. “Maximizando potencialidades, adequações e responsabilidades na implementação dos programas já identificados pela sociedade brasileira como vitais ao crescimento humano, desenvolvimento intelectual e mobilidade entre escola e residência dos brasileiros”, disse.

O FNDE é responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do país, além de atuar na educação profissional e tecnológica e no ensino superior. A previsão orçamentária da autarquia neste é cerca de R\$ 52 bilhões.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

**Ministro da Educação quer retomar educação moral e cívica
MEC também avalia retomar projeto Rondon, que tem como objetivo levar universitários para diferentes locais do Brasil**

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez anunciou que quer “impulsionar” o Projeto Rondon, criado em 1968 e retomado em 2005, entre os estudantes do ensino superior. Ele também afirmou, em vídeo publicado no site do Ministério da Educação, que vai dar “muita ênfase” à educação moral e cívica em todos os segmentos de ensino do País.

“Estamos impulsionando de novo o Projeto Rondon em nível universitário para visitar as regiões menos desenvolvidas do País, que foram esquecidas pelo mercado e que precisam ser incorporadas à vida nacional”, disse o ministro. Ele citou como exemplo a importância de uma ação do projeto em Roraima.

O Projeto Rondon, criado há 51 anos, tem como objetivo levar universitários para diferentes localidades brasileiras foi extinto em 1989, mas retomado em 2005 pelo Ministério da Defesa (MD). O projeto teve 51 editais publicados desde 2005, cada operação leva o grupo para desenvolver um trabalho específico na região selecionada.

Em agosto de 2018, o governo Michel Temer publicou um edital para as operações “Vale do Acre”, em 10 municípios do Acre, e “João de Barro”, em 15 cidades do Piauí, com previsão de início em junho de 2019. As instituições de ensino são selecionadas pelos projetos que apresentam, que devem propor ações que contribuam para o “desenvolvimento sustentável das comunidades, o bem-estar social e a qualidade de vida das comunidades carentes, usando as habilidades universitárias”.

Educação Moral

O ministro também voltou a afirmar que vai priorizar a volta da educação moral e cívica nas escolas e universidades brasileiras. “Havia nas nossas antigas escolas primárias e secundárias, a educação moral e cívica. Depois, quando chegava ao ensino universitário, o aluno tinha [a disciplina] de estudo dos problemas brasileiros. Isso foi esquecido. Eu acho que seria necessário voltarmos a valorizar a educação para a cidadania, que é a base do comportamento da vida cidadã”, diz.

topo 

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Professor é nomeado presidente do FNDE

O professor Carlos Alberto Decotelli é o novo presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A nomeação foi publicada hoje (5) no Diário Oficial da União.

Autor de livros na párea de educação e finanças, Decotelli integrou a equipe de transição, instituída após a eleição do presidente Jair Bolsonaro. Segundo nota do FNDE, ideias e estratégias debatidas na transição serão implementadas na autarquia.

Para Decotelli, o FNDE deverá sair da condição de “agente repassador para cooperador” na definição da política de aplicação do recursos da educação. “Maximizando potencialidades, adequações e responsabilidades na implementação dos programas já identificados pela sociedade brasileira como vitais ao crescimento humano, desenvolvimento intelectual e mobilidade entre escola e residência dos brasileiros”, disse.

O FNDE é responsável pela maioria das ações e programas da educação básica do país, além de atuar na educação profissional e tecnológica e no ensino superior. A previsão orçamentária da autarquia neste é cerca de R\$ 52 bilhões.

topo ↗

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC divulga resultado da 1ª chamada do Prouni nesta quarta Candidato selecionado deverá comparecer à instituição para comprovar as informações prestadas em sua inscrição nos dias 6 e 14 de fevereiro

O Ministério da Educação (MEC) divulgará, nesta quarta-feira 6, o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) de 2019. A lista poderá ser acessada na página oficial.

O programa oferece bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para vestibulandos que alcançaram no mínimo 450 pontos e não tiraram zero na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2018.

Neste ano, são oferecidas, 243.888 bolsas de estudo – um recorde desde o início do Prouni. Ao todo, são 116.813 bolsas integrais e 127.075 parciais, distribuídas em 1.239 instituições de educação superior de todo o país.

As bolsas integrais são destinadas aos alunos com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e as bolsas parciais de 50% são para os estudantes que têm renda de até três salários mínimos. Professores da rede pública de ensino também podem concorrer a bolsa e não precisam atender aos critérios de renda.

Os resultados da segunda chamada serão divulgados no dia 20 de fevereiro. O candidato selecionado deverá comparecer à instituição para comprovar as informações prestadas em sua inscrição nos dias 6 e 14 de fevereiro, para a primeira chamada e, para a segunda, 20 a 27 de fevereiro.

(Com Agência Brasil)

AMAZONAS+ - TEMPO REAL

Congresso científico abordará micologia e diversidade dos fungos em Manaus Congresso Brasileiro de Micologia ocorre de 24 a 27 de junho, no Centro de Convenções Vasco Vasques

Com temáticas relevantes e atuais da área de micologia e programação diversificada refletindo a megadiversidade dos fungos e dos ecossistemas amazônicos, será realizado em Manaus o IX Congresso Brasileiro de Micologia. O evento ocorre no período de 24 a 27 de junho, no Centro de Convenções do Amazonas – Vasco Vasques, bairro Flores, zona centro-sul de Manaus.

Destinado a estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, professores e demais profissionais da área de saúde, o IX Congresso Brasileiro é promovido pela Sociedade Brasileira de Micologia, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), por meio do Programa de Apoio à Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos no Estado do Amazonas (PAREV).

O programa é uma das ações da Fapeam de fomento à popularização e difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Amazonas.

Márcia Perales, diretora-presidente da Fapeam, destacou a importância do PAREV para o estado, salientando que o programa contribui para promoção do intercâmbio de conhecimentos entre especialistas locais, de outros estados e países.

“É uma oportunidade para pessoas de outros locais conhecerem a região e o Estado do Amazonas, mas também para nossos estudantes, professores e pesquisadores participarem. Apoiar a realização de eventos científicos é algo que Fapeam já faz, mas queremos que isso seja cada vez mais fortalecido”, enfatizou.

Segundo a presidente da comissão organizadora do congresso, Maria Aparecida de Jesus, a maior diversidade de fungos está na Amazônia. Com o evento, pretende-se estimular o estudo na área da micologia na região. “Estamos otimistas com a realização do congresso. Vários estudantes também de outros países pretendem participar e conhecer a região Amazônica. A estimativa é que 1,2 mil pessoas participem do evento”, disse.

Programação – O congresso contará com mesas redondas, palestras, conferências, simpósios, minicursos, oficinas de extensão em ensino, exposição de pôster, sessões de comunicação oral, além do II Singer Foray (incursão micológica).

Maria aparecida adiantou ainda que em breve será lançado um edital, no site do congresso (<http://www.cbmicologia2019.com.br>), de um concurso de fotografia sobre fungos, com objetivo de estimular profissionais para conhecerem mais sobre a temática. Além disso, o evento também contará com atividades voltadas para o ensino da micologia destinadas a professores da rede pública de ensino.

A submissão de trabalhos será online, e os resumos devem ser enviados até o dia 25 de março, nas seguintes áreas temáticas: Micologia Ambiental e Aplicada; Micologia Biológica; Micologia Industrial e Micologia Médica. Os resumos aceitos serão divulgados no dia 30 de abril.

Saiba mais sobre o formato dos resumos e elaboração de pôsteres no site do congresso.

Parceria – São parceiros da Sociedade Brasileira de Micologia neste evento, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-Amazônia Ocidental), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PAREV – O programa apoia a realização de eventos regionais, nacionais e internacionais sediados no Estado do Amazonas, relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação: congressos, simpósios, “workshops”, seminários, ciclo de palestras, conferências e oficinas de trabalho, visando divulgar resultados de pesquisas científicas e contribuir para a promoção do intercâmbio científico e tecnológico.

O PAREV recebe até o dia 19 de fevereiro as propostas de pessoas interessadas em participar da 2ª chamada do programa, edital N° 009/2018 (<http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0092018-parev/>). O programa contempla projetos de eventos que ocorrerão de julho a dezembro de 2019.

topo ↕

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Congresso científico abordará micologia e diversidade dos fungos em Manaus

Com temáticas relevantes e atuais da área de micologia e programação diversificada refletindo a megadiversidade dos fungos e dos ecossistemas amazônicos, será realizado em Manaus o IX Congresso Brasileiro de Micologia. O evento ocorre no período de 24 a 27 de junho, no Centro de Convenções do Amazonas – Vasco Vasques, bairro Flores, zona centro-sul de Manaus.

Destinado a estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, professores e demais profissionais da área de saúde, o IX Congresso Brasileiro é promovido pela Sociedade Brasileira de Micologia, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), por meio do Programa de Apoio à Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos no Estado do Amazonas (PAREV).

O programa é uma das ações da Fapeam de fomento à popularização e difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Amazonas.

Márcia Perales, diretora-presidente da Fapeam, destacou a importância do PAREV para o estado, salientando que o programa contribui para promoção do intercâmbio de conhecimentos entre especialistas locais, de outros estados e países.

“É uma oportunidade para pessoas de outros locais conhecerem a região e o Estado do Amazonas, mas também para nossos estudantes, professores e pesquisadores participarem. Apoiar a realização de eventos científicos é algo que Fapeam já faz, mas queremos que isso seja cada vez mais fortalecido”, enfatizou.

Segundo a presidente da comissão organizadora do congresso, Maria Aparecida de Jesus, a maior diversidade de fungos está na Amazônia. Com o evento, pretende-se estimular o estudo na área da micologia na região. “Estamos otimistas com a realização do congresso. Vários estudantes também de outros países pretendem participar e conhecer a região Amazônica. A estimativa é que 1,2 mil pessoas participem do evento”, disse.

Programação – O congresso contará com mesas redondas, palestras, conferências, simpósios, minicursos, oficinas de extensão em ensino, exposição de pôster, sessões de comunicação oral, além do II Singer Foray (incursão micológica).

Maria aparecida adiantou ainda que em breve será lançado um edital, no site do congresso(<http://www.cbmicologia2019.com.br>), de um concurso de fotografia sobre fungos, com objetivo de estimular profissionais para conhecerem mais sobre a temática. Além disso, o evento também contará com atividades voltadas para o ensino da micologia destinadas a professores da rede pública de ensino.

A submissão de trabalhos será online, e os resumos devem ser enviados até o dia 25 de março, nas seguintes áreas temáticas: Micologia Ambiental e Aplicada; Micologia Biológica; Micologia Industrial e Micologia Médica. Os resumos aceitos serão divulgados no dia 30 de abril.

Saiba mais sobre o formato dos resumos e elaboração de pôsteres no site do congresso.

Parceria – São parceiros da Sociedade Brasileira de Micologia neste evento, a Fundação

de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-Amazônia Ocidental), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PAREV – O programa apoia a realização de eventos regionais, nacionais e internacionais sediados no Estado do Amazonas, relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação: congressos, simpósios, “workshops”, seminários, ciclo de palestras, conferências e oficinas de trabalho, visando divulgar resultados de pesquisas científicas e contribuir para a promoção do intercâmbio científico e tecnológico.

O PAREV recebe até o dia 19 de fevereiro as propostas de pessoas interessadas em participar da 2ª chamada do programa, edital N° 009/2018 (<http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0092018-parev/>). O programa contempla projetos de eventos que ocorrerão de julho a dezembro de 2019.

topo ↕

BROADCAST - TEMPO REAL

FESTIVAL DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA HOMENAGEIA ERNANI AGUIAR E GUINGA

Campinas, SP--(DINO - 05 fev, 2019) - Em sua sexta edição, o Festival de Música Contemporânea Brasileira (FMCB) homenageia dois dos mais importantes compositores brasileiros: Ernani Aguiar e Guinga.

Serão cinco dias de atividades gratuitas e abertas a toda a comunidade, as quais, além de enfatizar a presença dos homenageados, buscam também valorizar a música contemporânea brasileira e promover a interação entre público, pesquisadores e artistas.

Os participantes terão uma oportunidade inigualável de interação com os compositores homenageados, pois além do bate-papo no concerto de abertura, no qual o público pode fazer perguntas diretamente aos compositores, também serão oferecidos dois concertos nos quais as suas obras serão executadas e posteriormente comentadas uma a uma.

Além disso, neste ano, o público do Festival poderá ouvir Guinga tocar junto com Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (OSMC) e Ernani regendo-a ao interpretar uma de suas obras.

Seguindo a tradição do FMCB de democratizar oportunidades e diminuir as fronteiras entre a universidade e a comunidade em geral, as propostas de Apresentações Artísticas e Comunicações Orais selecionadas serão apresentadas e teremos também duas mesas-redondas nas quais as reflexões sobre as vidas e as obras dos compositores homenageados serão aprofundadas.

Veja a seguir um pouco da história de cada um dos compositores homenageados da sexta edição do FMCB.

ERNANI AGUIAR

Compositor, regente, professor e pesquisador, Ernani Aguiar é celebrado como uma das

mais importantes personalidades da música erudita no Brasil e do mundo.

Desde 1987, é professor de regência da Escola de Música da UFRJ e do Instituto Villa-Lobos da Universidade do Rio de Janeiro. Também ministra cursos de regência no Brasil e no exterior.

Em 1993, foi eleito para a Academia Brasileira de Música, sodalício máximo da arte musical no país, onde ocupa a Cadeira no. 4, cujo patrono é o compositor Lobo de Mesquita.

Escreveu obras para coro "a capela", orquestra, coro e orquestra, voz e acompanhamento, para instrumentos "solo" e em grupos diversos. Suas composições já ganharam dezenas de gravações, está sempre presente em programas de concertos no Brasil e no exterior, e sua discografia continua em expansão.

No ano 2000, recebeu o prêmio "Açorianos" de música, pelo CD Novenas, com o Coral Porto Alegre, solistas e orquestra, com obras inéditas de José Maurício.

Saiba mais em: <http://fmcb.com.br/ernani-aguiar>

GUINGA

"O maior compositor vivo!", segundo Ed Motta, Guinga é nacional e internacionalmente reconhecido pela qualidade ímpar de sua obra e por isso é um dos compositores homenageados da sexta edição do Festival de Música Contemporânea Brasileira.

De acordo com o violonista Jean Charnaux, "A música de Guinga seria como o retrato mais fiel da alma do povo brasileiro. Ela se derrama desde as entranhas do sofrimento mais profundo desse povo, chegando aos momentos mais sublimes das brincadeiras e lendas infantis do Brasil."

Profissionalmente, atuou como violonista com vários artistas renomados como Clara Nunes, Beth Carvalho, Alaíde Costa, João Nogueira e Cartola. Teve várias de suas músicas gravadas por Elis Regina, Cauby Peixoto, Michel Legrand, Sérgio Mendes, Chico Buarque, Ivan Lins, Leila Pinheiro e Ronnie Von. Como parceiros estão Paulo César Pinheiro, Aldir Blanc e Chico Buarque.

Guinga tem dez discos gravados, todos bem recebidos pela crítica especializada. O seu disco "Cheios de Dedos", recebeu prêmio Sharp como melhor disco instrumental de 1996. Em 2002, sua biografia, "Guinga, os mais belos acordes do subúrbio", escrita pelo jornalista Mário Marques foi publicado pela Editora Gryphus. Em 2003, a mesma editora lançou o songbook "A Música de Guinga", com partituras de grande parte da obra do autor.

Como diria Hermeto Pascoal, "Um cara como ele só aparece a cada cem anos".

Por isso, não perca esta oportunidade. Agende-se e participe do FMCB 6.

PROGRAMAÇÃO RESUMIDA

26 DE MARÇO

OFICINA DE MÚSICA PARA CRIANÇAS - CONTRAPARTIDA SOCIAL

Centro Infantil Boldrini

10h

27 DE MARÇO

BATE-PAPO COM COMPOSITORES HOMENAGEADOS
& CONCERTO COM QUINTETO DA PARAÍBA

Instituto CPFL

20h

28 DE MARÇO

CONGRESSO SOBRE GUINGA

Auditório do Instituto de Artes, Unicamp

10h30

CONCERTO COMENTADO POR ERNANI AGUIAR
COM CORO CONTEMPORÂNEO DE CAMPINAS
E UNICAMP CELLO ENSEMBLE

Teatro Castro Mendes

20h

29 DE MARÇO

CONGRESSO SOBRE ERNANI AGUIAR

Auditório do Instituto de Artes, Unicamp

10h

CONCERTO COMENTADO COM GUINGA
& MÔNICA SALMASO

Teatro Castro Mendes

20h

30 DE MARÇO

CONCERTO COM ERNANI AGUIAR, GUINGA &
ORQUESTRA SINFÔNICA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Maestro Ricardo Bologna

Teatro Castro Mendes

20h

Acesse a programação com o programa completo em: www.fmcb.com.br/programacao-fmcb-6

SERVIÇO

Festival de Música Contemporânea Brasileira - FMCB 6
De 26 a 30 de março de 2019
Campinas, SP
Evento gratuito

SOBRE

Apresentado pela CPFL Energia e produzido pelo Grupo Sintonize, o Sexto Festival de Música Contemporânea Brasileira é realizado por meio da Lei Rouanet, **Capes**/Paep e ProAC ICMS pelo Governo Federal, Ministérios da Cidadania e da Educação, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Com captação realizada via Incentiv.me, possui também patrocínio de Microgeo e FKB Válvulas e tem parcerias com Secretaria de Cultura de Campinas, Instituto CPFL, Unicamp, Proec, Instituto de Artes, OSMC e CRCV&B.

MAIORES INFORMAÇÕES

www.fmcb.com.br
www.facebook.com/FestivaldeMusicaContemporaneaBrasileira
www.instagram.com/fmcbbsp
contato@fmcb.com.br

ASSESSORIA DE IMPRENSA

Texto e Imagem / Jane Cruz
jane@textoimagem.com.br
(11) 2146-0909

topo 

F5 - TEMPO REAL

Pesquisadores desenvolvem feromônio sintético de praga do coqueiro

Pesquisadores da UFPR e Embrapa conseguiram identificar e sintetizar em laboratório, pela primeira vez, a molécula que atua como feromônio de agregação do besouro *Homalinotus depressus*, conhecido como broca do coqueiro, uma das pragas mais frequentes em coqueirais no Brasil, que causa grandes perdas financeiras na cultura, principalmente na região Norte.

Realizada entre 2012 e 2016, a pesquisa com achados inéditos sobre a broca do coqueiro é tema de um artigo publicado no final de janeiro na versão on-line da *Scientific Reports*, prestigiada revista científica internacional do grupo Nature Research.

O artigo, intitulado *Isophorone derivatives as a new structural motif of aggregation pheromones in Curculionidae*, é assinado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Química, cuja excelência é reconhecida pela **Capes** com nota máxima. O

texto é baseado na tese de doutorado defendida pelo pesquisador Diogo Montes Vidal.

Além dele, assinam o texto Marcos Antônio Barbosa Moreira, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros (Aracaju, SE), Miryan Denise Araujo Coracini e o professor Paulo Henrique Gorgatti Zarbin, orientador do trabalho.

Os feromônios são compostos químicos que, liberados no ar, servem como sinal de comunicação entre os animais, para fins de defesa, localização, atração sexual e agregação. No caso do coco, o besouro *Homalinotus depressus*, cuja infestação em coqueirais foi identificada pela primeira vez em 2008, aloja-se numa região conhecida como “axila” da fruta e suas larvas constroem galerias que interrompem o fluxo da seiva, causando a queda de flores e frutos.

Também são registrados ataques de insetos adultos em diferentes estágios do coqueiro. Por se alojar no interior da planta, essa praga não pode ser controlada com inseticidas convencionais.

Contribuição para outras pesquisas

Partindo da hipótese de que o uso dos feromônios para o controle da praga é promissor, os pesquisadores da UFPR trabalharam para identificar o feromônio do inseto macho responsável por atrair os besouros para as áreas de cultivo de coco.

Uma vez identificado o composto, ele foi sintetizado em laboratório e colocado em septos de borracha acoplados a armadilhas e instalados no alto de coqueiros. O produto natural sintético é liberado de forma controlada e tem seu efeito potencializado pelos compostos voláteis da própria planta.

O orientador do estudo, professor Paulo Zarbin, explica que vários grupos de pesquisa vêm trabalhando na identificação e síntese de feromônios de insetos da família Curculionidae (à qual pertence o *Homalinotus depressus*), mas até agora não havia estudos para nenhuma espécie do gênero *Homalinotus*.

“O nosso trabalho de identificação da estrutura química da molécula desse feromônio poderá contribuir para estudos relacionados a outros insetos da mesma família, que também causam prejuízos econômicos a diversas culturas”, afirma Zarbin.

Captura massiva

Segundo ele, a aplicação do resultado da pesquisa em campo está no primeiro estágio, no qual as armadilhas instaladas permitirão determinar a incidência da praga em cada área.

Num segundo estágio, com base nos dados recolhidos será desenvolvido um sistema de captura massiva de insetos, espalhando um número maior de armadilhas, conforme a necessidade de cada área.

“Além de resolver um problema do qual os inseticidas convencionais não dão conta, o composto sintético desenvolvido na UFPR tem a vantagem de não criar resistência nos insetos, uma vez que é natural. Ele não dizima a praga, como fazem os agrotóxicos. A ideia é reduzir a população de insetos a um nível abaixo do ponto crítico para ser considerada uma praga”, afirma Zarbin.

Cultura do coco

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de coco, atrás de Indonésia, Filipinas e Índia. De acordo com dados apresentados na tese de Diogo Vidal, o País produz em torno de 2,8 milhões de toneladas por ano, o que corresponde a 4% da produção mundial.

Os coqueirais brasileiros se estendem por uma área de aproximadamente 300mil hectares, desde o Pará até o Rio de Janeiro.

“É uma cultura com importância econômica e social, pois deste fruto obtém-se diversos produtos, como água e leite de coco, madeira, fibras, combustível, ração animal, óleos e outros derivados para o processamento agroindustrial”, afirma Vidal no texto. “Além disso, o cultivo pode ser consorciado com outras espécies vegetais anuais como a mandioca ou perenes como o cupuaçuzeiro, propiciando uma fonte de renda extra, principalmente, para o pequeno produtor”, explica.

De acordo com ele, insetos-praga estão entre os principais fatores responsáveis pelos os baixos índices de rendimento dos coqueirais brasileiros por provocarem prejuízos severos às plantas. Além do Brasil, há registro de ocorrência de Homalinotus nas Antilhas, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana e Suriname.

topo ↕

FOLHA DE VILHENA - TEMPO REAL

IFRO abre inscrições para Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) está com inscrições abertas para o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). De acordo com o edital de seleção, são 22 vagas no total, divididas em 11 vagas para servidores do próprio IFRO, oito vagas para a ampla concorrência e três para as ações afirmativas: uma vaga para PcD (pessoas com deficiência, comprovada por meio de laudo médico), uma vaga para negros e uma vaga para indígenas. As inscrições vão até o dia 07 de março. A realização do Exame Nacional de Acesso (ENA) acontecerá no dia 05 de maio.

Nacionalmente, o ProfEPT ofertará 908 vagas. Em Rondônia, o curso será ofertado no Campus Porto Velho Calama. A taxa de inscrição será no valor de R\$ 70 e a mesma deverá ser feita, exclusivamente, via internet no Sistema de Inscrições, seguindo as datas do cronograma e as regras do edital. O endereço eletrônico do Sistema de Inscrições será divulgado no site do programa: profep.t.fes.edu.br. Solicitações de isenção de pagamento da taxa de inscrição devem ser feitas até o dia 11 de fevereiro, conforme item 3 do Edital.

O ProfEPT é ofertado na modalidade semipresencial. Para ser aprovado, o candidato precisa passar pelo Exame Nacional de Acesso, respondendo a 50 questões objetivas sobre temas ligados às bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e sobre Metodologias de Pesquisa e sobre Teorias e Práticas de Ensino e Aprendizagem. A bibliografia completa está disponível no Edital.

Poderão participar da seleção pessoas que tenham diploma de curso superior ou declaração de conclusão de curso superior devidamente reconhecido (ou revalidado) por

órgãos competentes do Ministério da Educação. O resultado final será divulgado no dia 17 de junho, e as aulas estão previstas para começar no mês de agosto.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do e-mail: profept@ifes.edu.br ou diretamente com a Coordenação do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) no IFRO, pelo e-mail: profept.ifro@ifro.edu.br.

Sobre o Prof E PT

O ProfEPT é um programa de pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, com um mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional, da área de Ensino, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES** do Ministério da Educação. O curso tem como objetivo proporcionar formação em educação profissional e tecnológica, visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado pertinentes à educação profissional de nível básico ou em espaços não-formais. O ProfEPT é ofertado na modalidade semipresencial e ministrado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. É coordenado por um Comitê Gestor e pela Comissão Acadêmica Nacional.

topo ↕

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS - TEMPO REAL

Congresso científico abordará micologia e diversidade dos fungos em Manaus
Congresso Brasileiro de Micologia ocorre de 24 a 27 de junho, no Centro de Convenções Vasco Vasques

Com temáticas relevantes e atuais da área de micologia e programação diversificada refletindo a megadiversidade dos fungos e dos ecossistemas amazônicos, será realizado em Manaus o IX Congresso Brasileiro de Micologia. O evento ocorre no período de 24 a 27 de junho, no Centro de Convenções do Amazonas – Vasco Vasques, bairro Flores, zona centro-sul de Manaus.

Destinado a estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores, professores e demais profissionais da área de saúde, o IX Congresso Brasileiro é promovido pela Sociedade Brasileira de Micologia, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), por meio do Programa de Apoio à Realização de Eventos Científicos e Tecnológicos no Estado do Amazonas (PAREV).

O programa é uma das ações da Fapeam de fomento à popularização e difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) no Amazonas.

Márcia Perales, diretora-presidente da Fapeam, destacou a importância do PAREV para o estado, salientando que o programa contribui para promoção do intercâmbio de conhecimentos entre especialistas locais, de outros estados e países.

“É uma oportunidade para pessoas de outros locais conhecerem a região e o Estado do Amazonas, mas também para nossos estudantes, professores e pesquisadores participarem. Apoiar a realização de eventos científicos é algo que Fapeam já faz, mas queremos que isso seja cada vez mais fortalecido”, enfatizou.

Segundo a presidente da comissão organizadora do congresso, Maria Aparecida de Jesus, a maior diversidade de fungos está na Amazônia. Com o evento, pretende-se

estimular o estudo na área da micologia na região. “Estamos otimistas com a realização do congresso. Vários estudantes também de outros países pretendem participar e conhecer a região Amazônica. A estimativa é que 1,2 mil pessoas participem do evento”, disse.

Programação - O congresso contará com mesas redondas, palestras, conferências, simpósios, minicursos, oficinas de extensão em ensino, exposição de pôster, sessões de comunicação oral, além do II Singer Foray (incursão micológica).

Maria aparecida adiantou ainda que em breve será lançado um edital, no site do congresso(<http://www.cbmicologia2019.com.br>), de um concurso de fotografia sobre fungos, com objetivo de estimular profissionais para conhecerem mais sobre a temática. Além disso, o evento também contará com atividades voltadas para o ensino da micologia destinadas a professores da rede pública de ensino.

A submissão de trabalhos será online, e os resumos devem ser enviados até o dia 25 de março, nas seguintes áreas temáticas: Micologia Ambiental e Aplicada; Micologia Biológica; Micologia Industrial e Micologia Médica. Os resumos aceitos serão divulgados no dia 30 de abril.

Saiba mais sobre o formato dos resumos e elaboração de pôsteres no site do congresso.

Parceria - São parceiros da Sociedade Brasileira de Micologia neste evento, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Instituto Leônidas & Maria Deane (ILMD/Fiocruz Amazônia), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa-Amazônia Ocidental), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

PAREV - O programa apoia a realização de eventos regionais, nacionais e internacionais sediados no Estado do Amazonas, relacionados à Ciência, Tecnologia e Inovação: congressos, simpósios, “workshops”, seminários, ciclo de palestras, conferências e oficinas de trabalho, visando divulgar resultados de pesquisas científicas e contribuir para a promoção do intercâmbio científico e tecnológico.

O PAREV recebe até o dia 19 de fevereiro as propostas de pessoas interessadas em participar da 2ª chamada do programa, edital N° 009/2018 (<http://www.fapeam.am.gov.br/editais/edital-n-0092018-parev/>). O programa contempla projetos de eventos que ocorrerão de julho a dezembro de 2019.

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros

Anfíbios desenvolveram relação simbiótica com os microorganismos

Em trabalho de pós-doutorado realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP) da USP, o pesquisador Andrés Eduardo Brunetti, orientado por Norberto Peporine Lopes, professor titular da FCFRP, junto a sua equipe de pesquisa, os cientistas descobriram que o forte odor exalado por algumas espécies de anfíbios é produzido por bactérias e seria uma forma de atrair parceiros. Exemplo notável de simbiose, tais bactérias ajudam na hora do acasalamento. A descoberta desse papel dos

microrganismos, isolados da pele de pererecas, foi publicada na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS).

A pesquisa contou com apoio do programa Biota-Fapesp, da USP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Nos anuros (sapos, rãs e pererecas) é comum ver diversas espécies diferentes dividindo um mesmo lago ou brejo. Além disso, nesses locais existem em média 30 pererecas macho para cada fêmea de uma mesma espécie. A dúvida é como as fêmeas fazem para reconhecer os machos da sua espécie em uma multidão de machos de várias espécies, todos vocalizando ao mesmo tempo”, disse Brunetti.

“Sabia-se que, nos anuros, a vocalização dos machos tem a função de atrair fêmeas, e que cada espécie tem um canto característico. Verificamos que o odor desempenharia função semelhante, servindo de sinal olfativo que permitiria às fêmeas reconhecerem os machos da espécie”, disse.

Os biólogos desconheciam também que havia diferença no odor de pererecas machos e fêmeas. Brunetti fez tal constatação ao longo de sua pesquisa, cujo objetivo primário era entender a composição química dos componentes voláteis exalados da pele de diversas espécies de pererecas.

Sua hipótese de trabalho sugeria que o cheiro fosse um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores. Para verificar a hipótese, Brunetti foi a campo em várias localidades do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro para coletar espécimes da perereca arborícola cará-cará (Boana prasina).

“É muito difícil coletar fêmeas no campo. No primeiro momento, só conseguimos coletar machos. Quando observamos indicação de haver diferença sexual no odor dos bichos, fui a campo novamente com o objetivo específico de capturar fêmeas para comparação”, disse.

“Durante o meu doutorado no Museu Argentino de Ciências Naturais, em Buenos Aires, ao investigar os compostos voláteis de duas outras espécies de sapos, descobri que as secreções eram formadas por uma mistura de 35 a 42 compostos de nove classes químicas diferentes. Na ocasião, percebemos que alguns daqueles compostos tinham a assinatura específica de compostos produzidos por bactérias”, disse Brunetti.

O pesquisador veio ao Brasil para investigar se existiam bactérias na pele de pererecas arborícolas selecionadas para produzir o cheiro característico de cada espécie e quais compostos eram produzidos. O trabalho em laboratório teve duas frentes: a análise dos compostos voláteis exalados da pele das pererecas e a identificação das bactérias lá existentes.

Por meio de técnicas de cromatografia gasosa e de espectrometria de massa, Brunetti e colegas puderam conhecer a diversidade dos componentes voláteis na pele de Boana prasina. Verificaram que a secreção volátil da pele de machos e fêmeas adultas é uma mistura de 60 a 80 compostos, incluindo álcoois, aldeídos, alcenos, éteres, cetonas, metoxipirazinas, terpenos e tioéteres.

Os cientistas constataram que os componentes voláteis da pele das pererecas machos e fêmeas eram exatamente os mesmos. O que não esperavam era descobrir variação nos níveis dos compostos. A análise apontou para uma diferença sexual marcante nos níveis dos terpenos, tioéteres e metoxipirazinas.

“Dos três componentes responsáveis pelas diferenças entre os sexos, os tioéteres e metoxipirazinas são compostos tipicamente produzidos por microrganismos”, disse Brunetti.

Para investigar se esse era o caso com a espécie *Boana prasina*, os pesquisadores isolaram, cultivaram e identificaram bactérias associadas à pele das pererecas e analisaram os seus componentes voláteis. Foram detectados 128 componentes diferentes.

A investigação de cada um dos componentes resultou na identificação de quatro metoxipirazinas presentes em machos e fêmeas, que são produzidas por uma única bactéria do gênero *Pseudomonas*.

Brunetti verificou que, em *Boana prasina*, as metoxipirazinas são muito mais abundantes nas fêmeas do que nos machos. Dos quatro tipos de metoxipirazina detectados, dois possuem níveis de concentração mais elevados nas fêmeas e dois entre os machos.

“Pererecas exalam um odor marcante. Às vezes, dá até para reconhecer uma espécie específica a partir do seu cheiro, mas ainda não se conhecia a função de tal odor. Uma hipótese era que se tratasse de um cheiro aposemático, ou seja, um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores, como fazem os cangambás [*Mephitis mephitis*] entre os mamíferos, por exemplo”, disse Célio Haddad, professor do Instituto de Biociências e do Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista (Unesp), um dos autores do artigo.

De acordo com Haddad, tal hipótese era considerada pelo fato de muitas espécies de anfíbios, especialmente as venenosas, exibirem coloração chamativa, que funciona como um alerta visual para afugentar predadores. “Pensávamos que entre os anuros o odor pudesse desempenhar função semelhante”, disse.

“A importância e a originalidade do trabalho de Brunetti é indicar, pela primeira vez, a existência de uma diferença marcante no odor exalado por pererecas de sexos opostos. Nenhum trabalho com anuros havia sugerido esse tipo de comportamento. Os resultados sugerem que tal odor serve para permitir o reconhecimento mútuo entre machos e fêmeas da mesma espécie, com fins de acasalamento”, disse Haddad.

Relacionamento simbiótico

“O interessante nas bactérias *Pseudomonas* sp. é que elas vivem na pele de machos e fêmeas, onde metabolizam os mesmos compostos voláteis, porém em níveis de concentração que variam de acordo com o sexo do hospedeiro”, disse Brunetti.

Segundo o pesquisador, os níveis de metoxipirazinas nas pererecas sugere a existência de um complexo mecanismo de interações metabólicas, segundo as quais o ambiente na

pele de cada sexo seria diferente e favoreceria a síntese de metoxipirazinas características em machos e fêmeas.

“Estabeleceu-se uma relação simbiótica entre pererecas e bactérias. Em troca do serviço prestado pelas bactérias, de diferenciação sexual a partir do odor, as pererecas fornecem um ambiente – a própria pele – onde as bactérias podem proliferar”, disse.

Brunetti ainda não sabe qual a função, para as pererecas, da diferença sexual nos níveis de metoxipirazina exalados pelas bactérias na pele. “Nossa suposição é que a diferenciação de odor sirva para ajudar os machos de *Boana prasina* a reconhecerem as fêmeas de sua espécie em locais onde habitam outras espécies de pererecas”, disse.

“Sabemos que os anuros são animais que empregam de forma disseminada a comunicação visual (coloração chamativa na pele) para afastar predadores e a comunicação acústica (vocalização) para atrair as fêmeas para o acasalamento. Talvez as pererecas *Boana prasina* estejam empregando uma forma de comunicação olfativa com a mesma finalidade”, disse.

Tal hipótese, que Brunetti tentará verificar em futuros estudos, tem grandes repercussões. “Até o momento, só é conhecido outro anuro [sapos, rãs e pererecas] de Madagascar que se comunica por meio do cheiro. Entre os anfíbios, sabemos que isso ocorre entre as salamandras, parentes distantes dos anuros”, disse Haddad.

“Se as pererecas *Boana prasina* se valem do cheiro como forma de comunicação olfativa, quem sabe outras espécies não estejam fazendo o mesmo, dado que cada espécie tem o seu odor característico. A descoberta de Brunetti, se confirmada, abre um novo campo de investigação na herpetologia, que agora passará a estudar a comunicação entre anuros não apenas pelas vias visual e acústica, mas também pela via olfativa”, disse.

O artigo *Symbiotic skin bacteria as a source for sex-specific scents in frogs* (<https://doi.org/10.1073/pnas.1806834116>), de Andrés E. Brunetti, Célio F. B. Haddad, Mônica T. Pupo e Norberto P. Lopes, está publicado no site da PNAS.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Mestrado Profissional em Administração Pública inscreve para turma de 2019

O Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) da UFGD está com inscrições abertas para os interessados em entrar na turma de 2019.

Esse Mestrado destina-se a formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupados com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade. Nesse contexto, o profissional reunirá as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública.

O encerramento das inscrições para o Exame Nacional de Acesso será em 10 de março e a taxa custa R\$ 200. A UFGD oferecerá 22 vagas nesse programa, distribuídas nas categorias “Servidores das IFES” e “Demanda Social”, o que envolve servidores da própria UFGD e de outras instituições associadas à Rede PROFIAP.

Entre os requisitos básicos para inscrição estão ter graduação em qualquer curso reconhecido pelo MEC até a data da matrícula e ter realizado o Teste ANPAD de 24 de março de 2017 a 24 de março de 2019. Quem obtiver a maior pontuação global no Teste ANPAD será selecionado, conforme ordem de classificação e número de vagas.

O Mestrado Profissional em Administração Pública conta com o apoio da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

topo ↕

JORNAL ONLINE - TEMPO REAL

Bactérias que podem ajudar as pererecas a atrair seus parceiros

Cientistas brasileiros descobriram que o forte odor exalado por algumas espécies de anfíbios é produzido por bactérias e seria uma forma de atrair parceiros.

Exemplo notável de simbiose, tais bactérias ajudam na hora do acasalamento.

A descoberta desse papel dos microrganismos, isolados da pele de pererecas, foi publicada na revista Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS).

“Pererecas exalam um odor marcante.

Às vezes, dá até para reconhecer uma espécie específica a partir do seu cheiro, mas ainda não se conhecia a função de tal odor.

Uma hipótese era que se tratasse de um cheiro aposemático, ou seja, um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores, como fazem os cangambás [Mephitis mephitis] entre os mamíferos, por exemplo”, disse Célio Haddad, professor do Instituto de Biociências e do Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista (Unesp), um dos autores do artigo.

De acordo com Haddad, tal hipótese era considerada pelo fato de muitas espécies de anfíbios, especialmente as venenosas, exibirem coloração chamativa, que funciona como um alerta visual para afugentar predadores.

“Pensávamos que entre os anuros (sapos, rãs e pererecas) o odor pudesse desempenhar função semelhante”, disse.

O novo artigo é resultado do trabalho de pós-doutorado do biólogo argentino Andrés Eduardo Brunetti, com supervisão do professor Norberto Peporine Lopes.

Realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), o trabalho contou com apoio da FAPESP.

“A importância e a originalidade do trabalho de Brunetti é indicar, pela primeira vez, a existência de uma diferença marcante no odor exalado por pererecas de sexos opostos.

Nenhum trabalho com anuros havia sugerido esse tipo de comportamento.

Os resultados sugerem que tal odor serve para permitir o reconhecimento mútuo entre machos e fêmeas da mesma espécie, com fins de acasalamento”, disse Haddad.

A pesquisa também contou com apoio do programa BIOTA-FAPESP, da Universidade de São Paulo (USP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Nos anuros é comum ver diversas espécies diferentes dividindo um mesmo lago ou brejo.

Além disso, nesses locais existem em média 30 pererecas macho para cada fêmea de uma mesma espécie.

A dúvida é como as fêmeas fazem para reconhecer os machos da sua espécie em uma multidão de machos de várias espécies, todos vocalizando ao mesmo tempo”, disse Brunetti.

“Sabia-se que, nos anuros, a vocalização dos machos tem a função de atrair fêmeas, e que cada espécie tem um canto característico. Verificamos que o odor desempenharia função semelhante, servindo de sinal olfativo que permitiria às fêmeas reconhecerem os machos da espécie”, disse.

Os biólogos desconheciam também que havia diferença no odor de pererecas machos e fêmeas. Brunetti fez tal constatação ao longo de sua pesquisa, cujo objetivo primário era entender a composição química dos componentes voláteis exalados da pele de diversas espécies de pererecas.

Sua hipótese de trabalho sugeria que o cheiro fosse um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores.

Para verificar a hipótese, Brunetti foi a campo em várias localidades do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro para coletar espécimes da perereca arborícola cará-cará (Boana prasina).

“É muito difícil coletar fêmeas no campo. No primeiro momento, só conseguimos coletar machos. Quando observamos indicação de haver diferença sexual no odor dos bichos, fui a campo novamente com o objetivo específico de capturar fêmeas para comparação”, disse.

“Durante o meu doutorado no Museu Argentino de Ciências Naturais, em Buenos Aires, ao investigar os compostos voláteis de duas outras espécies de sapos, descobri que as secreções eram formadas por uma mistura de 35 a 42 compostos de nove classes químicas diferentes.

Na ocasião, percebemos que alguns daqueles compostos tinham a assinatura específica de compostos produzidos por bactérias”, disse Brunetti.

O pesquisador veio ao Brasil para investigar se existiam bactérias na pele de pererecas arborícolas selecionadas para produzir o cheiro característico de cada espécie e quais compostos eram produzidos. O trabalho em laboratório teve duas frentes: a análise dos compostos voláteis exalados da pele das pererecas e a identificação das bactérias lá

existentes.

Por meio de técnicas de cromatografia gasosa e de espectrometria de massa, Brunetti e colegas puderam conhecer a diversidade dos componentes voláteis na pele de Boana prasina.

Verificaram que a secreção volátil da pele de machos e fêmeas adultas é uma mistura de 60 a 80 compostos, incluindo álcoois, aldeídos, alcenos, éteres, cetonas, metoxipirazinas, terpenos e tioéteres.

Os cientistas constataram que os componentes voláteis da pele das pererecas machos e fêmeas eram exatamente os mesmos. O que não esperavam era descobrir variação nos níveis dos compostos.

A análise apontou para uma diferença sexual marcante nos níveis dos terpenos, tioéteres e metoxipirazinas.

“Dos três componentes responsáveis pelas diferenças entre os sexos, os tioéteres e metoxipirazinas são compostos tipicamente produzidos por microrganismos”, disse Brunetti.

Para investigar se esse era o caso com a espécie Boana prasina, os pesquisadores isolaram, cultivaram e identificaram bactérias associadas à pele das pererecas e analisaram os seus componentes voláteis.

Foram detectados 128 componentes diferentes.

A investigação de cada um dos componentes resultou na identificação de quatro metoxipirazinas presentes em machos e fêmeas, que são produzidas por uma única bactéria do gênero Pseudomonas.

Brunetti verificou que, em Boana prasina, as metoxipirazinas são muito mais abundantes nas fêmeas do que nos machos.

Dos quatro tipos de metoxipirazina detectados, dois possuem níveis de concentração mais elevados nas fêmeas e dois entre os machos.

Relacionamento simbiótico

“O interessante nas bactérias Pseudomonas sp. é que elas vivem na pele de machos e fêmeas, onde metabolizam os mesmos compostos voláteis, porém em níveis de concentração que variam de acordo com o sexo do hospedeiro”, disse Brunetti.

Segundo o pesquisador, os níveis de metoxipirazinas nas pererecas sugere a existência de um complexo mecanismo de interações metabólicas, segundo as quais o ambiente na pele de cada sexo seria diferente e favoreceria a síntese de metoxipirazinas características em machos e fêmeas.

“Estabeleceu-se uma relação simbiótica entre pererecas e bactérias. Em troca do serviço prestado pelas bactérias, de diferenciação sexual a partir do odor, as pererecas fornecem

um ambiente – a própria pele – onde as bactérias podem proliferar”, disse.

Brunetti ainda não sabe qual a função, para as pererecas, da diferença sexual nos níveis de metoxipirazina exalados pelas bactérias na pele.

“Nossa suposição é que a diferenciação de odor sirva para ajudar os machos de Boana prasina a reconhecerem as fêmeas de sua espécie em locais onde habitam outras espécies de pererecas”, disse.

“Sabemos que os anuros são animais que empregam de forma disseminada a comunicação visual (coloração chamativa na pele) para afastar predadores e a comunicação acústica (vocalização) para atrair as fêmeas para o acasalamento.

Talvez as pererecas Boana prasina estejam empregando uma forma de comunicação olfativa com a mesma finalidade”, disse.

Tal hipótese, que Brunetti tentará verificar em futuros estudos, tem grandes repercussões.

“Até o momento, só é conhecido outro anuro [sapos, rãs e pererecas] de Madagascar que se comunica por meio do cheiro.

Entre os anfíbios, sabemos que isso ocorre entre as salamandras, parentes distantes dos anuros”, disse Haddad.

“Se as pererecas Boana prasina se valem do cheiro como forma de comunicação olfativa, quem sabe outras espécies não estejam fazendo o mesmo, dado que cada espécie tem o seu odor característico.

A descoberta de Brunetti, se confirmada, abre um novo campo de investigação na herpetologia, que agora passará a estudar a comunicação entre anuros não apenas pelas vias visual e acústica, mas também pela via olfativa”, disse.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Fapes abre inscrições para 130 bolsas de mestrado e doutorado São 100 para o mestrado e 30 para o doutorado, os recursos somados ultrapassam os R\$6,7 milhões

Até o próximo dia 10 de fevereiro, pesquisadores capixabas poderão enviar propostas para cotas de bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes). A oferta é de 100 bolsas de mestrado, por um período de até 24 meses, e 30 de doutorado, num intervalo de até 48 meses. Somados, os recursos ultrapassam os R\$ 6,7 milhões.

São mais de 120 cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos e profissionais. Os coordenadores dos programas vinculados a instituições de pesquisa, faculdades e universidades capixabas devem submeter as propostas do PROCAP na Plataforma SigFapes e a documentação, juntamente com o procedimento de inscrição, estão no site.

No total, são 75 programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos

pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Neste momento, duas chamadas públicas estão abertas pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos na Pós-Graduação (PROCAP).

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Festival de Música Contemporânea Brasileira homenageia Ernani Aguiar e Guinga

Com atividades musicais gratuitas e abertas ao público, FMCB 6 acontecerá em Campinas de 26 a 30 de março

Em sua sexta edição, o Festival de Música Contemporânea Brasileira ((FMCB) homenageia dois dos mais importantes compositores brasileiros: Ernani Aguiar e Guinga.

Serão cinco dias de atividades gratuitas e abertas a toda a comunidade, as quais, além de enfatizar a presença dos homenageados, buscam também valorizar a música contemporânea brasileira e promover a interação entre público, pesquisadores e artistas.

Os participantes terão uma oportunidade inigualável de interação com os compositores homenageados, pois além do bate-papo no concerto de abertura, no qual o público pode fazer perguntas diretamente aos compositores, também serão oferecidos dois concertos nos quais as suas obras serão executadas e posteriormente comentadas uma a uma.

Além disso, neste ano, o público do Festival poderá ouvir Guinga tocar junto com Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (OSMC) e Ernani regendo-a ao interpretar uma de suas obras.

Seguindo a tradição do FMCB de democratizar oportunidades e diminuir as fronteiras entre a universidade e a comunidade em geral, as propostas de Apresentações Artísticas e Comunicações Orais selecionadas serão apresentadas e teremos também duas mesas-redondas nas quais as reflexões sobre as vidas e as obras dos compositores homenageados serão aprofundadas.

Veja a seguir um pouco da história de cada um dos compositores homenageados da sexta edição do FMCB.

ERNANI AGUIAR

Compositor, regente, professor e pesquisador, Ernani Aguiar é celebrado como uma das mais importantes personalidades da música erudita no Brasil e do mundo.

Desde 1987, é professor de regência da Escola de Música da UFRJ e do Instituto Villa-Lobos da Universidade do Rio de Janeiro. Também ministra cursos de regência no Brasil e no exterior.

Em 1993, foi eleito para a Academia Brasileira de Música, sodalício máximo da arte musical no país, onde ocupa a Cadeira no. 4, cujo patrono é o compositor Lobo de Mesquita.

Escreveu obras para coro "a capela", orquestra, coro e orquestra, voz e acompanhamento, para instrumentos "solo" e em grupos diversos. Suas composições já ganharam dezenas de gravações, está sempre presente em programas de concertos no

Brasil e no exterior, e sua discografia continua em expansão.

No ano 2000, recebeu o prêmio "Açorianos" de música, pelo CD Novenas, com o Coral Porto Alegre, solistas e orquestra, com obras inéditas de José Maurício.

Saiba mais em: <http://fmcb.com.br/ernani-aguiar>

GUINGA

"O maior compositor vivo!", segundo Ed Motta, Guinga é nacional e internacionalmente reconhecido pela qualidade ímpar de sua obra e por isso é um dos compositores homenageados da sexta edição do Festival de Música Contemporânea Brasileira.

De acordo com o violonista Jean Charnaux, "A música de Guinga seria como o retrato mais fiel da alma do povo brasileiro. Ela se derrama desde as entranhas do sofrimento mais profundo desse povo, chegando aos momentos mais sublimes das brincadeiras e lendas infantis do Brasil."

Profissionalmente, atuou como violonista com vários artistas renomados como Clara Nunes, Beth Carvalho, Alaíde Costa, João Nogueira e Cartola. Teve várias de suas músicas gravadas por Elis Regina, Cauby Peixoto, Michel Legrand, Sérgio Mendes, Chico Buarque, Ivan Lins, Leila Pinheiro e Ronnie Von. Como parceiros estão Paulo César Pinheiro, Aldir Blanc e Chico Buarque.

Guinga tem dez discos gravados, todos bem recebidos pela crítica especializada. O seu disco "Cheios de Dedos", recebeu prêmio Sharp como melhor disco instrumental de 1996. Em 2002, sua biografia, "Guinga, os mais belos acordes do subúrbio", escrita pelo jornalista Mário Marques foi publicada pela Editora Gryphus. Em 2003, a mesma editora lançou o songbook "A Música de Guinga", com partituras de grande parte da obra do autor.

Como diria Hermeto Pascoal, "Um cara como ele só aparece a cada cem anos".

Por isso, não perca esta oportunidade. Agende-se e participe do FMCB 6.

PROGRAMAÇÃO RESUMIDA

26 DE MARÇO

OFICINA DE MÚSICA PARA CRIANÇAS - CONTRAPARTIDA SOCIAL

Centro Infantil Boldrini

10h

27 DE MARÇO

BATE-PAPO COM COMPOSITORES HOMENAGEADOS

& CONCERTO COM QUINTETO DA PARAÍBA

Instituto CPFL

20h

28 DE MARÇO

CLIPPING



CONGRESSO SOBRE GUINGA

Auditório do Instituto de Artes, Unicamp
10h30

CONCERTO COMENTADO POR ERNANI AGUIAR COM CORO CONTEMPORÂNEO DE CAMPINAS

E UNICAMP CELLO ENSEMBLE
Teatro Castro Mendes
20h

29 DE MARÇO

CONGRESSO SOBRE ERNANI AGUIAR

Auditório do Instituto de Artes, Unicamp
10h

CONCERTO COMENTADO COM GUINGA & MÔNICA SALMASO

Teatro Castro Mendes
20h

30 DE MARÇO

CONCERTO COM ERNANI AGUIAR, GUINGA & ORQUESTRA SINFÔNICA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Maestro Ricardo Bologna
Teatro Castro Mendes
20h

Acesse a programação com o programa completo em: www.fmcb.com.br/programacao-fmcb-6

SERVIÇO

Festival de Música Contemporânea Brasileira - FMCB 6
De 26 a 30 de março de 2019
Campinas, SP
Evento gratuito

SOBRE

Apresentado pela CPFL Energia e produzido pelo Grupo Sintonize, o Sexto Festival de Música Contemporânea Brasileira é realizado por meio da Lei Rouanet, **Capes**/Paep e ProAC ICMS pelo Governo Federal, Ministérios da Cidadania e da Educação, Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura e Economia Criativa. Com captação realizada via Incentiv.me, possui também patrocínio de Microgeo e FKB Válvulas e tem parcerias com Secretaria de Cultura de Campinas, Instituto CPFL, Unicamp, Proec, Instituto de Artes, OSMC e CRCV&B.

MAIORES INFORMAÇÕES

www.fmcb.com.br

www.facebook.com/FestivaldeMusicaContemporaneaBrasileira

www.instagram.com/fmcbsp
contato@fmcb.com.br

ASSESSORIA DE IMPRENSA
Texto e Imagem / Jane Cruz
jane@textoimagem.com.br
(11) 2146-0909

Website: <http://www.fmcb.com.br>

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

De olho no futuro: o que você tem feito para se destacar profissionalmente? A procura pelos cursos de Pós-Graduação no Centro Universitário de Cascavel - Univel teve um aumento de 63% em comparação ao ano de 2018

A busca pelo aperfeiçoamento profissional tem sido prioridade de quem entende a importância de se reinventar em um mundo onde as mudanças acontecem cada vez mais rápido e de forma disruptiva, exigindo atitudes criativas e rápidas para profissionais que desejam se manter atualizados no mercado de trabalho. A boa notícia é que existem inúmeras formas de se preparar e uma delas é a busca por especializações em instituições que priorizam o ensino de qualidade.

De olho no futuro o Centro Universitário de Cascavel – Univel, já conhecido pela qualidade de ensino, disponibiliza cursos de pós-graduação presencial e EAD (ensino a distância), além da parceria com a FGV (Fundação Getúlio Vargas). “Nossos alunos têm a oportunidade de assistir aula com os melhores professores do Brasil e com experiência internacional que trazem o que de mais atual está sendo praticado no mundo. A comodidade de salas amplas, equipadas e confortáveis também contribui para um melhor aprendizado”, destaca o Coordenador da Pós-Graduação e Curso de Administração da Univel, Professor Lúcio Scheuer.

A aluna Patrícia Dalzochio Fávero, acadêmica do MBA Executivo em Estratégias Empresariais na Univel, afirma que o curso já proporcionou grandes mudanças em sua vida. “Sou formada em Direito e já era pós-graduada na área, porém não estava feliz. Decidi iniciar o MBA e me encontrei desde a primeira aula e já consegui aplicar o que aprendi em sala na empresa onde trabalho atualmente. A coordenação, infraestrutura e todos os detalhes são muito bem pensados, com professores altamente qualificados e dispostos a auxiliar os alunos. A Univel prepara você para a parte prática e isso faz toda a diferença no aprendizado”, explica Patrícia.

Para o empresário e egresso Fernando Fonseca Rocha, o MBA contribuiu para o seu amadurecimento como gestor, principalmente nas tomadas de decisões. “Estudamos muitos cases focados em ações profissionais do dia a dia, com atividades e professores de áreas de atuação diferenciadas. Coloquei em prática ações de vendas voltadas a captação e retenção de clientes, abordagem e prospecção e isso me ajudou a ter uma vantagem competitiva em relação aos meus concorrentes”, conta Fernando.

Diferença entre EAD e presencial

São mais de 30 turmas de pós-graduação presencial e a distância. A qualidade do ensino EAD na Univel é a mesma do presencial, o que muda é a forma do ensino. “Uma dica para quem deseja optar pelo ensino a distância é primeiramente conhecer-se, pois todos

nós temos uma forma de aprender, por isso é preciso entender com clareza como funciona a sua forma de aprendizagem, se você precisa necessariamente estar em uma sala de aula ou se gosta de estudar por conta própria. Estamos surpresos com a procura dos MBAs em EAD, temos alunos de grandes empresas que estão gostando do método de aprendizado, ficamos felizes pois estamos ajudando as empresas na formação de profissionais de excelência”, observa Lúcio.

A flexibilidade de horários é uma das vantagens do EAD. “Fiz minha graduação presencial na Univel e decidi fazer uma pós em EAD devido a flexibilidade de horários e a experiência que já tinha com a qualidade da instituição. O EAD me surpreendeu, com conteúdos objetivos e atualizados, onde pude explorar novos conhecimentos e colocar em prática no trabalho”, conta o aluno de MBA em Finanças Empresariais, Fábio Oliveira Melo.

Para o desenvolvedor de sistemas, Eduardo Henrique de Freitas, o MBA em Gestão de Projetos agrega muito valor profissional na sua área de atuação. “No TI a gestão de projetos é uma área de conhecimento cada vez mais necessária e em ascensão e saber lidar com as situações adversas no projeto, gerenciar as etapas, informações, pessoas e os recursos é essencial para que se tenha um crescimento e projeção em nosso trabalho”, observa Eduardo.

Caminhe entre gigantes

Acesse para conhecer os cursos disponíveis na Univel ou entre em contato pelos telefones (45) 3036-3604 ou (45) 3036-3607.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Ministro da Educação diz que pretende impulsionar o Projeto Rondon
Em vídeo publicado no site do MEC, Ricardo Vélez Rodríguez falou ainda sobre a
intenção de retomar a educação moral e cívica desde o ensino infantil até o ciclo
universitário.**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que sua gestão pretende impulsionar o Projeto Rondon entre os universitários brasileiros. Criado em 1968 com o objetivo de levar estudantes do ensino superior em viagens de prestação de serviços diversos em comunidades no território brasileiro, o projeto havia sido extinto em 1989, mas foi reativado a partir de 2005 pelo Ministério da Defesa (MD). O Ministério da Educação (MEC) é um dos parceiros na iniciativa.

"O Projeto Rondon leva o jovem universitário a visitar as regiões menos desenvolvidas do país, aquelas que foram esquecidas pelo mercado e que precisam ser incorporadas à vida nacional", explicou Vélez no vídeo, que é o primeiro de um programa semanal batizado de "Bate-papo com o professor Vélez" e anunciado na noite desta segunda-feira (4) pelo MEC.

Sobre o Projeto Rondon

Segundo o site do MD, editais para 51 operações em diversos estados brasileiros foram publicados desde 2005.

Cada operação leva o grupo selecionado a uma região do país para desenvolver um trabalho específico. A mais recente, por exemplo, abriu inscrições em setembro de 2018 e contou com a participação da Universidade Caxias do Sul.

O edital abriu oito vagas para estudantes da instituição interessados em integrar a equipe encarregada de ajudar comunidades do município de Porto, no interior do Piauí no tratamento de resíduos sólidos, saneamento básico e gestão de água, além de desenvolver tecnologias para melhorar a qualidade de vida e incentivar o cooperativismo, associativismo e empreendedorismo para a geração de renda e o desenvolvimento econômico sustentável.

As ações do Projeto Rondon são divididas em três conjuntos e diversas áreas. Em saúde, por exemplo, uma das temáticas é "capacitar agentes multiplicadores em saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, na prevenção da prostituição infantil e na prevenção do uso de drogas".

Na área de comunicação, os rondonistas, como são chamados os estudantes selecionados, preparam atividades com o objetivo, entre outros, de "capacitar lideranças e servidores municipais nos serviços e programas oferecidos de formação de políticas públicas". Em direitos humanos e justiça, uma das ações é "capacitar agentes multiplicadores na prevenção da violência contra mulheres, crianças e adolescentes".

Projeto em Roraima

No programa publicado pelo MEC, Vélez sugeriu que o Projeto Rondon pode realizar uma operação em Roraima, para atuação junto aos refugiados venezuelanos. "Hoje temos, por exemplo, em Roraima temos uma situação de extrema pobreza de pessoas que estão buscando refúgio no Brasil", afirmou ele no vídeo.

"A presença de jovens universitários lá será uma coisa muito importante para valorização das suas profissões em relação às necessidades da sociedade brasileira."

Educação moral e cívica

Vélez Rodriguez também afirmou que quer retomar o ensino de conteúdos de "educação cívica" nas escolas brasileiras. "Havia nas nossas antigas escolas primárias e secundárias, no ensino fundamental e no ensino médio. Havia a educação moral e cívica, e depois, no ciclo universitário, estudo de problemas brasileiros. Isso foi esquecido. Eu acho que seria necessário voltarmos a valorizar a educação cívica, a educação para a cidadania, que é a base do comportamento sobre o qual se sedimenta a vida comunitária, a vida cidadã", disse o ministro.

"Então, eu vou dar muita ênfase a isso, à retomada desse processo de ensino de valores fundamentais, fundantes da nossa vida. Tanto no ensino infantil, quanto no ensino fundamental, ao longo de todo o ensino fundamental e, por que não, continuando no nível universitário", continuou ele, antes de citar o Projeto Rondon como um exemplo de formação universitária voltada para a "prestação de um serviço social".

"Esse ensino de valores cívicos deve vir desde a infância, passando pela juventude e indo até a universidade", concluiu ele.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros previstos para rede pública
Até esta segunda-feira (4), parte dos contratos com as editoras não havia sido ao menos assinado

Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do país para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras - o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira (4) quando as aulas na maioria das redes de ensino já tiveram início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os ocupantes dos principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que "a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos". No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro - a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras.

Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

"As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e

escrever", disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. "Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização".

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição.

"A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar", diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos de editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. "Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro", disse.

Edital

O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreu após a posse do presidente Jair Bolsonaro, no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o

chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Terminam hoje inscrições para lista de espera do Sisu

Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro

Para os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso, hoje, 5, é o último dia para participar da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). A adesão deve ser feita na página do programa.

Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição. Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro.

Para integrar a lista, os candidatos devem acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. Ao finalizar a manifestação o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de um 1.8 milhão de estudantes se inscreveram.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - ESPECIAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros previstos para rede pública

Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do País para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras - o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição.

No entanto, até essa segunda-feira (4) quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

A demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os ocupantes dos principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que "a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos". No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro - a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras.

Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

"As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever", disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. "Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização".

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição.

"A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar", diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. "Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro", disse.

Em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro, no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

topo ↕

AGÊNCIA JB - TEMPO REAL

Bactérias podem ajudar pererecas a atrair parceiros

Cientistas brasileiros descobriram que o forte odor exalado por algumas espécies de anfíbios é produzido por bactérias e seria uma forma de atrair parceiros. Exemplo notável de simbiose, tais bactérias ajudam na hora do acasalamento. A descoberta desse papel dos microrganismos, isolados da pele de pererecas, foi publicada na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences (PNAS)*.

"Pererecas exalam um odor marcante. Às vezes, dá até para reconhecer uma espécie específica a partir do seu cheiro, mas ainda não se conhecia a função de tal odor. Uma hipótese era que se tratasse de um cheiro aposemático, ou seja, um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores, como fazem os cangambás [*Mephitis mephitis*] entre os mamíferos, por exemplo", disse Célio Haddad, professor do Instituto de Biociências e do Centro de Aquicultura da Universidade Estadual Paulista (Unesp), um dos autores do artigo.

De acordo com Haddad, tal hipótese era considerada pelo fato de muitas espécies de

anfíbios, especialmente as venenosas, exibirem coloração chamativa, que funciona como um alerta visual para afugentar predadores. “Pensávamos que entre os anuros (sapos, rãs e pererecas) o odor pudesse desempenhar função semelhante”, disse.

O novo artigo é resultado do trabalho de pós-doutorado do biólogo argentino Andrés Eduardo Brunetti, com supervisão do professor Norberto Peporine Lopes. Realizado na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP), o trabalho contou com apoio da FAPESP.

“A importância e a originalidade do trabalho de Brunetti é indicar, pela primeira vez, a existência de uma diferença marcante no odor exalado por pererecas de sexos opostos. Nenhum trabalho com anuros havia sugerido esse tipo de comportamento. Os resultados sugerem que tal odor serve para permitir o reconhecimento mútuo entre machos e fêmeas da mesma espécie, com fins de acasalamento”, disse Haddad.

A pesquisa também contou com apoio do programa BIOTA-FAPESP, da Universidade de São Paulo (USP), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

"Nos anuros é comum ver diversas espécies diferentes dividindo um mesmo lago ou brejo. Além disso, nesses locais existem em média 30 pererecas macho para cada fêmea de uma mesma espécie. A dúvida é como as fêmeas fazem para reconhecer os machos da sua espécie em uma multidão de machos de várias espécies, todos vocalizando ao mesmo tempo", disse Brunetti.

"Sabia-se que, nos anuros, a vocalização dos machos tem a função de atrair fêmeas, e que cada espécie tem um canto característico. Verificamos que o odor desempenharia função semelhante, servindo de sinal olfativo que permitiria às fêmeas reconhecerem os machos da espécie", disse.

Os biólogos desconheciam também que havia diferença no odor de pererecas machos e fêmeas. Brunetti fez tal constatação ao longo de sua pesquisa, cujo objetivo primário era entender a composição química dos componentes voláteis exalados da pele de diversas espécies de pererecas.

Sua hipótese de trabalho sugeria que o cheiro fosse um sinal químico de advertência que serviria para afastar predadores. Para verificar a hipótese, Brunetti foi a campo em várias localidades do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro para coletar espécimes da perereca arborícola cará-cará (Boana prasina).

"É muito difícil coletar fêmeas no campo. No primeiro momento, só conseguimos coletar machos. Quando observamos indicação de haver diferença sexual no odor dos bichos, fui a campo novamente com o objetivo específico de capturar fêmeas para comparação", disse.

"Durante o meu doutorado no Museu Argentino de Ciências Naturais, em Buenos Aires, ao investigar os compostos voláteis de duas outras espécies de sapos, descobri que as secreções eram formadas por uma mistura de 35 a 42 compostos de nove classes químicas diferentes. Na ocasião, percebemos que alguns daqueles compostos tinham a

assinatura específica de compostos produzidos por bactérias”, disse Brunetti.

O pesquisador veio ao Brasil para investigar se existiam bactérias na pele de pererecas arborícolas selecionadas para produzir o cheiro característico de cada espécie e quais compostos eram produzidos. O trabalho em laboratório teve duas frentes: a análise dos compostos voláteis exalados da pele das pererecas e a identificação das bactérias lá existentes.

Por meio de técnicas de cromatografia gasosa e de espectrometria de massa, Brunetti e colegas puderam conhecer a diversidade dos componentes voláteis na pele de Boana prasina. Verificaram que a secreção volátil da pele de machos e fêmeas adultas é uma mistura de 60 a 80 compostos, incluindo álcoois, aldeídos, alcenos, éteres, cetonas, metoxipirazinas, terpenos e tioéteres.

Os cientistas constataram que os componentes voláteis da pele das pererecas machos e fêmeas eram exatamente os mesmos. O que não esperavam era descobrir variação nos níveis dos compostos. A análise apontou para uma diferença sexual marcante nos níveis dos terpenos, tioéteres e metoxipirazinas.

"Dos três componentes responsáveis pelas diferenças entre os sexos, os tioéteres e metoxipirazinas são compostos tipicamente produzidos por microrganismos”, disse Brunetti.

Para investigar se esse era o caso com a espécie Boana prasina, os pesquisadores isolaram, cultivaram e identificaram bactérias associadas à pele das pererecas e analisaram os seus componentes voláteis. Foram detectados 128 componentes diferentes.

A investigação de cada um dos componentes resultou na identificação de quatro metoxipirazinas presentes em machos e fêmeas, que são produzidas por uma única bactéria do gênero Pseudomonas.

Brunetti verificou que, em Boana prasina, as metoxipirazinas são muito mais abundantes nas fêmeas do que nos machos. Dos quatro tipos de metoxipirazina detectados, dois possuem níveis de concentração mais elevados nas fêmeas e dois entre os machos.

Relacionamento simbiótico

"O interessante nas bactérias Pseudomonas sp. é que elas vivem na pele de machos e fêmeas, onde metabolizam os mesmos compostos voláteis, porém em níveis de concentração que variam de acordo com o sexo do hospedeiro”, disse Brunetti.

Segundo o pesquisador, os níveis de metoxipirazinas nas pererecas sugere a existência de um complexo mecanismo de interações metabólicas, segundo as quais o ambiente na pele de cada sexo seria diferente e favoreceria a síntese de metoxipirazinas características em machos e fêmeas.

“Estabeleceu-se uma relação simbiótica entre pererecas e bactérias. Em troca do serviço prestado pelas bactérias, de diferenciação sexual a partir do odor, as pererecas fornecem um ambiente – a própria pele – onde as bactérias podem proliferar”, disse.

Brunetti ainda não sabe qual a função, para as pererecas, da diferença sexual nos níveis de metoxipirazina exalados pelas bactérias na pele. “Nossa suposição é que a diferenciação de odor sirva para ajudar os machos de *Boana prasina* a reconhecerem as fêmeas de sua espécie em locais onde habitam outras espécies de pererecas”, disse.

“Sabemos que os anuros são animais que empregam de forma disseminada a comunicação visual (coloração chamativa na pele) para afastar predadores e a comunicação acústica (vocalização) para atrair as fêmeas para o acasalamento. Talvez as pererecas *Boana prasina* estejam empregando uma forma de comunicação olfativa com a mesma finalidade”, disse.

Tal hipótese, que Brunetti tentará verificar em futuros estudos, tem grandes repercussões. “Até o momento, só é conhecido outro anuro [sapos, rãs e pererecas] de Madagascar que se comunica por meio do cheiro. Entre os anfíbios, sabemos que isso ocorre entre as salamandras, parentes distantes dos anuros”, disse Haddad.

“Se as pererecas *Boana prasina* se valem do cheiro como forma de comunicação olfativa, quem sabe outras espécies não estejam fazendo o mesmo, dado que cada espécie tem o seu odor característico. A descoberta de Brunetti, se confirmada, abre um novo campo de investigação na herpetologia, que agora passará a estudar a comunicação entre anuros não apenas pelas vias visual e acústica, mas também pela via olfativa”, disse.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros que seriam entregues para escolas públicas

Apesar de o ano letivo já ter começado, ministério diz que ainda não caracteriza atraso; dos 58 milhões de livros previstos, mais de 10 milhões ainda não foram adquiridos

SÃO PAULO - Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do País para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras - o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira, 4, quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O Estado apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a

divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que “a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos”. No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Sala de aula

Dos 58 milhões de livros previstos para serem entregues, 10 milhões ainda não foram comprados Foto: João Bittar/MEC

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro - a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras. Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

“As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever”, disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. “Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização”.

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o

ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição. “A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar”, diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. “Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro”, disse. Para lembrar: Ministério enfrentou polêmica em edital de livros

O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

[topo](#)

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Mais de 55% dos brasileiros defendem incluir educação sexual no currículo, diz estudo encomendado pelo MEC

Levantamento de 2018 nunca foi divulgado publicamente; pesquisa foi obtida pela TV Globo via Lei de Acesso à Informação

RIO - Uma pesquisa interna encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano passado indicou que a maioria dos brasileiros é favorável à inclusão de questões sobre gênero, sexualidade e preconceito contra negros e gays no currículo escolar. O levantamento, que nunca foi divulgado publicamente, foi obtido via Lei de Acesso à Informação pela TV Globo.

De acordo com a pesquisa, 55,8% dos entrevistados responderam "sim" se a "abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade deve fazer parte do currículo escolar". Outros 38,2% foram contra, e 6% não souberam responder.

A pesquisa foi feita pelo Instituto GPP e custou ao MEC R\$ 216.240,00. O ministério

confirmou à TV Globo a compra da pesquisa pela gestão anterior, mas não esclareceu os motivos de tê-la contratado, nem o porquê de nunca ter tornado públicos os seus resultados. O governo não comentou os resultados do levantamento.

Procurado pelo GLOBO, o Ministério da Educação ainda não retornou para informar se os resultados do levantamento ser usados como base para alguma política pública.

Os dados obtidos na pesquisa contrastam com a visão da atual gestão do MEC. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez já disse mais de uma vez não concordar com discussões sobre sexualidade e gênero em sala de aula porque "quem define gênero é a natureza".

Maioria não sabe o que é ideologia de gênero

Segundo a pesquisa, o termo "ideologia de gênero", muito usado pelo ministro e por grupos religiosos para se referir a questões ligadas a gênero — e rechaçado por estudiosos da área por ter um sentido pejorativo —, é uma incógnita para a maioria dos brasileiros. Dos entrevistados no levantamento, 62,6% não souberam definir o que a expressão significa. Dentre os que sabiam (37,4%), a maioria (52,3%) disse ser contra o tema estar no currículo escolar, ante 45% que foram favoráveis.

O levantamento também questionou sobre o quão grave os entrevistados consideravam o preconceito contra os negros nas escolas. A maioria (77,2%) acha que o preconceito existe, é muito grave e acredita que este é um tema que deveria ser incluído no currículo escolar.

População se divide sobre Lei de Cotas

Sobre a Lei de Cotas, a maioria da população (62,6%) é favorável à existência dessa ação afirmativa para o ingresso nas universidades, mas as pessoas se dividem em relação ao tipo de cota.

Quase um terço dos entrevistados (32,7%) são favoráveis à existência somente de cotas sociais, destinadas aos alunos mais pobres e oriundos de escolas públicas, independentemente da cor da pele. Este índice é maior entre os mais jovens: 36,1% entre o grupo de 16 a 24 anos, e 38,6% entre os que têm de 25 a 34 anos. Também é maior entre as pessoas de renda familiar mais alta.

Já 29,9% dos entrevistados disseram ser favoráveis à existência de dois tipos de cotas: as destinadas aos mais pobres, estudantes de escolas públicas, e as cotas raciais, destinadas aos alunos negros. Nesse caso, o índice continua mais alto entre os mais jovens: 36,9% no grupo de pessoas de 16 a 24 anos. A taxa também é alta entre as pessoas com a renda familiar mais baixa (38,3%).

Aqueles que são favoráveis ao fim da existência de qualquer tipo de cota representam 32,7%. Este índice é maior entre os mais velhos (37,2%) e os que têm renda familiar mais alta (38,5%).

Para fazer o levantamento, a consultoria contratada pelo MEC ouviu 2.004 pessoas de 11 estados e do Distrito Federal, representando todas as regiões do país. As entrevistas foram conduzidas em janeiro de 2018. O tamanho da amostragem é semelhante ao de

pesquisas eleitorais nacionais, como a que é feita pelo Ibope, seguindo critérios científicos.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Carreira : o que levar em conta na hora de escolher onde estudar?

Bom desempenho no ENEM e provas agendadas são alternativas para começar a estudar já no primeiro semestre.

Carreira: o que levar em conta na hora de escolher onde estudar? Carreira: o que levar em conta na hora de escolher onde estudar?

A escolha profissional é um grande desafio para milhares de jovens brasileiros. Imaginar-se em uma profissão que vai unir nossos gostos pessoais com realização pessoal não é tarefa fácil.

Muito mais do que definir “o que ser quando crescer” é a escolha de onde estudar para conseguir uma formação de qualidade com diploma reconhecido no mercado de trabalho.

Com mais de 20 departamentos distribuídos pela cidade e vários polos de educação a distância que atendem estudantes do país todo, a Universidade de Taubaté (UNITAU) é a maior universidade municipal do Brasil.

Se você quer estudar na UNITAU, ainda dá tempo! Além da entrada com a nota do ENEM, você pode agendar o vestibular!

Agora, se você ainda está em dúvida, confira 12 motivos para vir para a UNITAU!

Estágio

O aprendizado só é completo quando o conhecimento é testado na prática. Para ajudar os alunos nessa tarefa, a UNITAU tem o Núcleo de Oportunidades, que recebe vagas de estágio/emprego todos os dias. De repente, você pode ser o(a) próximo(a) estagiário(a) da Ford ou da Nestlé! E os formados não ficam de fora dessa, nossos ex-alunos também recebem as melhores vagas!

Bolsas de iniciação científica

Ter desconto na mensalidade e ainda dar aquele up no currículo? Na UNITAU, o aluno pode participar da bolsa de Iniciação Científica e desenvolver projetos de pesquisa com um auxílio financeiro durante 12 meses.

Programas de intercâmbio

Para você que ama viajar: já pensou em cursar um semestre em uma universidade de outro estado ou até mesmo de outro país? Em programas como a Bolsa Ibero-americana, o aluno recebe um auxílio de empresas parceiras da UNITAU e tem a oportunidade de estudar fora do país e voltar com uma experiência fantástica para compartilhar.

Reconhecimento no mercado de trabalho

Currículo bom é aquele com uma universidade referência em qualidade de ensino! No Vale do Paraíba, os profissionais formados pela UNITAU ganham destaque no mercado, é muito fácil encontrá-los nas maiores empresas da região!

86 estrelas no Guia do Estudante

Levanta a mão se você já consultou o Guia do Estudante para saber mais sobre seu curso! O site é uma grande plataforma que auxilia vestibulandos na escolha profissional, avaliando universidades e esclarecendo dúvidas. Em 2018, a UNITAU recebeu 86 estrelas em 28 cursos.

Bolsas de estudo de até 100%

Estudante que se preze está sempre procurando um jeito de economizar, não é? A UNITAU dá uma força para você e oferece diversas modalidades de bolsas de estudo para que o aluno tenha suporte financeiro durante o curso!

Projetos de pesquisa

Esqueça o velho estereótipo de cientista. Na UNITAU, todo aluno pode ser pesquisador! Com professores capacitados e estrutura completa, você pode, desde o início do curso, desenvolver projetos nas três áreas do conhecimento e apresentá-los no maior congresso científico da região, o CICTED.

Projetos de extensão

Os projetos de extensão ajudam a melhorar não só seu aprendizado, mas, também, a qualidade de vida de muitas pessoas. Além disso, os alunos participantes também recebem bolsa de estudo.

Apoio psicopedagógico

A vida universitária envolve uma série de transformações. E tudo bem não conseguir lidar com todas elas. Para ajudar os alunos, a UNITAU oferece o PAPS (Programa de Apoio Psicossocial). O serviço é gratuito e pode ser utilizado por todos os alunos da graduação.

Apoio à gestão financeira

Lidar com as finanças e seguir no saldo azul é o sonho de muita gente. Na UNITAU, o aluno tem consultoria personalizada para garantir a saúde do seu bolso por meio do novo Programa de Educação Financeira.

Tradição

Tudo isso não aconteceu da noite para o dia. Em 2019, a UNITAU completa 45 anos. Durante esse tempo, mais de 100 mil profissionais se formaram na Instituição e fazem a diferença no Brasil e mundo afora. E você, está esperando o que para fazer parte da maior Universidade municipal do Brasil?

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Maioria diz que gênero e sexualidade devem entrar no currículo escolar, diz pesquisa encomendada pelo MEC

Realizado em janeiro de 2018 nos moldes das pesquisas eleitorais, levantamento do Instituto GPP contratado pelo MEC por R\$ 216 mil mostra ainda que 62,6% da população não sabe explicar o que é ideologia de gênero.

Uma pesquisa interna encomendada pelo Ministério da Educação (MEC) no ano passado apontou que a maioria dos brasileiros é favorável à inclusão de questões sobre gênero e sexualidade no currículo escolar. Nunca divulgado publicamente, o levantamento foi obtido com exclusividade pela TV Globo por meio da Lei de Acesso à Informação.

Segundo a pesquisa, 55,8% responderam "sim" se a "abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade deve fazer parte do currículo escolar". Outros 38,2% foram contra a medida, e 6% dos entrevistados não souberam responder.

Os entrevistados também foram questionados sobre quais são os principais problemas nas escolas públicas (assista mais no vídeo acima).

A pesquisa foi feita pelo Instituto GPP e custou ao MEC R\$ 216.240,00. O instituto já realizou uma série de pesquisas para empresas, públicas e privadas, bem como para políticos.

Procurado, o MEC confirmou a compra da pesquisa pela gestão anterior, mas não esclareceu os motivos de tê-la contratado e nem do porquê de nunca ter tornado públicos os seus resultados. O governo não comentou os resultados do levantamento.

Diferenças regionais

A quantidade de pessoas favoráveis a essa abordagem aumenta na região Sul (63,1%) e Centro-Oeste e Norte (60,4%). Na região Sudeste, 52,5% concordaram com a afirmação. A afirmação ganha respaldo também entre a maioria dos católicos (57,5%), mas não entre evangélicos, grupo em que apenas 46,7% defendeu a inclusão do tema no currículo.

O levantamento também questionou se o preconceito contra os gays é um tema que deveria ser incluído no currículo – 65,2% defenderam a medida.

Os dados contrastam com a visão da atual gestão do Ministério da Educação. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez já fez críticas públicas à discussão de gênero no currículo e chegou a afirmar que "quem define gênero é a natureza".

O termo "ideologia de gênero", um conjunto de ideias que defende que cabe a cada pessoa se definir homem ou mulher e é frequentemente usado por grupos religiosos para criticar a discussão sobre gênero no ambiente escolar, também foi alvo da pesquisa. A maioria dos entrevistados (62,6%) não soube definir o que a expressão significa. Dentre os que sabiam (37,4%), a maioria (52,3%) disse ser contra o tema estar no currículo escolar, ante 45% de favoráveis.

Racismo e cotas

Sobre o preconceito contra os negros nas escolas, a maioria (77,2%) acha que ele existe bastante e é muito grave. Este índice é maior entre os mais pobres (84,0%) e entre quem mora na região Nordeste (85,4%). A maioria (77,2%) acha que este é um tema que deveria ser incluído no currículo escolar.

Também ganhou destaque no levantamento o tema das cotas raciais – neste caso, a população se dividiu. A maioria da população (62,6%) é favorável à existência de cotas para o ingresso nas universidades, mas as pessoas se dividem em relação ao tipo de cota.

Os que são favoráveis ao fim da existência de qualquer tipo de cota representam 32,7%. Este índice é maior entre os mais velhos (37,2%) e os de renda familiar mais alta

(38,5%).

Quase um terço dos entrevistados (32,7%) são favoráveis à existência somente de cotas sociais, destinadas aos alunos mais pobres e estudantes de escolas públicas, independentemente da cor. Este índice é maior entre os mais jovens (36,1% entre o grupo de 16 a 24 anos e 38,6% entre os que têm de 25 a 34 anos) e entre os de renda familiar mais alta.

Já 29,9% dos entrevistados disseram ser favoráveis à existência de dois tipos de cotas, as destinadas aos alunos mais pobres, estudantes de escolas públicas e as cotas raciais, destinadas aos alunos negros. Nesse caso, o índice continua mais alto entre os mais jovens (36,9% no grupo de pessoas de 16 a 24 anos, mas cresce também entre as pessoas com a renda familiar mais baixa (38,3%).

Sobre a pesquisa

O levantamento feito pela consultoria contratada pelo MEC ouviu 2.004 pessoas de 11 estados e do Distrito Federal, representando todas as regiões do país. O tamanho da amostragem é semelhante ao de pesquisas eleitorais nacionais, como a que é feita pelo Ibope, seguindo critérios científicos.

As entrevistas foram conduzidas em janeiro de 2018, mas apenas para uso interno do ministério. Desde então, não foram feitos outros levantamentos do tipo.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros para rede pública

Apesar de o ano letivo já ter iniciado, ministério diz que ainda não se “caracteriza atraso”

Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do país para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras – o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira (4/2), quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O Estado apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que “a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos”. No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro – a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do país ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras. Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

“As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever”, disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. “Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização”.

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição. “A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só

as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar”, diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. “Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro”, disse.

Para lembrar: Ministério enfrentou polêmica em edital de livros
O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros previstos para rede pública FNDE, órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras

São Paulo – Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do país para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras – o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira, 4, quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os ocupantes

dos principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que “a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos”. No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro – a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras.

Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

“As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever”, disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. “Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização”.

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição.

“A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar”, diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. “Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro”, disse.

O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro, no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Candidatos têm até hoje para participar da lista de espera do Sisu

Candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição

Hoje (5) é o último dia para participar da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). O prazo vale para os estudantes que não foram aprovados em nenhuma das opções de curso.

A adesão deve ser feita na página do Sisu. Os candidatos podem escolher entrar na lista de espera para a primeira ou para a segunda opção de curso feita na hora da inscrição. Os alunos na lista serão convocados pelas próprias instituições de ensino a partir do dia 7 de fevereiro. Os candidatos deverão acompanhar as convocações.

Para integrar a lista, os candidatos devem acessar o sistema e, em seu boletim, clicar no botão que corresponde à confirmação de interesse em participar da lista de espera do Sisu. Ao finalizar a manifestação o sistema emitirá uma mensagem de confirmação.

A partir desta edição do Sisu, os estudantes selecionados em qualquer uma das duas opções não poderão participar da lista de espera. Até o ano passado, os selecionados na segunda podiam ainda participar da lista e ter a chance de ser escolhido na primeira opção.

Ao todo, o Sisu oferece, nesta edição, 235.461 vagas em 129 instituições públicas de todo o país. Puderam se inscrever no programa os estudantes que fizeram o Enem 2018 e obtiveram nota acima de zero na prova de redação. Segundo o MEC, mais de 1,8 milhão de candidatos se inscreveram.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros previstos para rede pública

Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do País para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras – o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira, 4, quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os ocupantes dos principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que “a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos”. No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro – a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras.

Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

“As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever”, disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. “Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização”.

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição.

“A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar”, diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. “Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse

serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro”, disse.

Edital

O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro, no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros que seriam entregues para escolas públicas

Apesar de o ano letivo já ter começado, ministério diz que ainda não caracteriza atraso; dos 58 milhões de livros previstos, mais de 10 milhões ainda não foram adquiridos

SÃO PAULO - Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do País para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras - o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira, 4, quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O Estado apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que "a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos". No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada

neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro - a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras. Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

"As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever", disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. "Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização".

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição. "A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar", diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. "Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro", disse. Para lembrar: Ministério enfrentou polêmica em edital de livros

O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC ainda não comprou 10,6 milhões de livros previstos para rede pública

São Paulo

Mais de 10,6 milhões de livros literários que foram escolhidos por professores de escolas públicas do País para serem usados pelos alunos ao longo deste ano ainda não foram comprados pelo Ministério da Educação (MEC). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão responsável pela compra dos exemplares, lançou edital no ano passado que previa a compra de 58 milhões de obras - o maior volume desde 2001 e depois de quatro anos sem nenhuma aquisição. No entanto, até essa segunda-feira, 4, quando as aulas na maioria das redes de ensino já teve início, parte dos contratos com as editoras não foi nem ao menos assinado.

Para que os livros chegassem nas mãos dos alunos no início do ano letivo, o edital previa que os contratos fossem firmados até o fim do ano passado. Das 256 editoras que tiveram obras selecionadas, 96 ainda aguardam a assinatura para começar a imprimir os exemplares e depois distribuí-los. O MEC diz que, por causa da grande quantidade de editoras e obras participantes, muito maior do que o padrão de outros editais do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), não conseguiu finalizar toda a contratação em 2018.

O jornal O Estado de S. Paulo apurou que a demora nas nomeações para a chefia do FNDE atrasou a contratação ainda mais do que o previsto inicialmente. Os ocupantes dos principais cargos do órgão (presidente, diretores, coordenadores) foram exonerados em 11 de janeiro, após a divulgação de erro em outro edital do PNLD, e ainda não foram nomeados os novos dirigentes. Servidores disseram que a maioria dos contratos ficou pronta ainda no início de janeiro, mas não há responsáveis para assiná-los.

Em nota, o ministério disse que "a autarquia já possui dirigentes nomeados necessários para o normal andamento dos contratos". No entanto, uma consulta no Diário Oficial da União mostra que nenhuma editora selecionada pelo edital teve a contratação efetuada neste ano.

Outro entrave para a contratação das editoras é que, como a compra estava prevista para ser efetuada no ano passado, o FNDE agora precisa de autorização do ministério para a liberação de um orçamento maior do que o previsto para 2019 no programa do livro - a aquisição dos livros restantes custa cerca de R\$ 58,1 milhões. Questionado, o MEC não informou se já liberou orçamento.

Expectativa

O edital foi lançado no ano passado depois de as escolas públicas do País ficarem quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. Em 2014, na gestão de Dilma Rousseff foi encerrado o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), que garantia a compra e entrega das obras.

Foi só em 2017 que o governo Michel Temer anunciou que voltaria a entregar livros literários em 2019, com duas novidades: pela primeira vez, os professores é quem iriam escolher as obras e os exemplares não iriam apenas para o acervo das bibliotecas escolares, mas cada aluno receberia dois livros que poderia levar para casa.

"As mudanças foram comemoradas porque a criança levaria o livro para casa, poderia ler com os pais, primos, irmãos. Ou seja, iria ampliar o número de leitores de um único livro. Também atende a uma recomendação já comprovada por pesquisas, que a criança com hábito de leitura em casa, que tem contato com livros, aprende mais fácil a ler e escrever", disse Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Ele lamentou que o recurso educacional não esteja presente durante todo o ano letivo.

O edital colocou para escolha dos professores mais de 700 títulos para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do fundamental (do 1º ao 5º ano) e ensino médio. Alunos do 4º e 5º anos do fundamental e do médio iriam receber dois títulos, um por semestre, e depois os devolveriam ao final do ano.

O MEC diz que ainda não é possível falar que houve atraso na distribuição dos livros. "Como a previsão do FNDE é de que as obras literárias sejam disponíveis para entrega ainda em fevereiro, não há como se caracterizar um atraso. Até porque, diferente das obras didáticas, que necessariamente precisam estar nas mãos dos estudantes no início do ano, o acervo literário é utilizado em momentos específicos, o que permite maior flexibilidade do tempo para sua disponibilização".

Questionado se há uma previsão de assinatura dos contratos e entrega dos livros, o ministério não respondeu.

Produção

Há uma preocupação de que com a demora na assinatura dos contratos desses 10,6 milhões de livros, eles só cheguem aos alunos no segundo semestre. Após a contratação, as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares e a distribuição.

"A gente solicita urgência na solução desse problema porque não afeta só as editoras, mas a educação. Houve um planejamento de aula por parte dos professores. Eles escolheram os livros, planejaram usá-los. Quanto mais tempo demorar para resolver, mais afeta o desempenho escolar", diz Raquel Menezes, presidente da Liga Brasileira de Editoras (Libre).

Donos do editoras temem ainda um prejuízo com a demora na contratação. Candido Graneiro, dono da editora Palavras, teve quatro obras selecionadas, totalizando uma tiragem de 290 mil exemplares, mas ainda não conseguiu assinar o contrato. "Na expectativa de que fosse ser contratado logo, já fiz um acordo com uma gráfica e dei um sinal de R\$ 90 mil. Outras editoras fizeram o mesmo, as gráficas estão esperando esse serviço. Houve uma expectativa em todo o mercado livreiro", disse.

Edital

O Estado revelou que, em 2 de janeiro, foram publicadas mudanças no edital para os livros didáticos que seriam entregues em 2020 nas escolas de ensino fundamental. No fim do dia, o MEC informou que as alterações seriam anuladas e culpou a gestão anterior, já que o edital datava de 28 de dezembro. O ex-ministro da Educação e agora secretário da Educação em São Paulo, Rossieli Soares, negou que as alterações tenham sido feitas por sua gestão.

A publicação das alterações no Diário Oficial da União ocorreram após a posse do presidente Jair Bolsonaro, no mesmo dia da nomeação do novo ministro. Além disso, integrantes da atual equipe estavam trabalhando dentro do MEC na transição desde o início de dezembro. O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, exonerou o chefe do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), Rogério Fernando Lot, e outros nove comissionados da autarquia.